

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**TEMPOS DE LEVEZA E LIQUIDEZ:
AS REVOLUÇÕES COTIDIANAS DA MILITÂNCIA CONTEMPORÂNEA**

Thaiani Farias Vinadé

Professor orientador: Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre, janeiro de 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**TEMPOS DE LEVEZA E LIQUIDEZ:
AS REVOLUÇÕES COTIDIANAS DA MILITÂNCIA CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade.

Thaiani Farias Vinadé

Professor orientador: Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre, janeiro de 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

A Comissão Examinadora aprova a Dissertação de Mestrado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**TEMPOS DE LEVEZA E LIQUIDEZ:
AS REVOLUÇÕES COTIDIANAS DA MILITÂNCIA CONTEMPORÂNEA**

Elaborada por

Thaiani Farias Vinadé

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi
(Orientador/Presidente – PUCRS)

Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
(UFF)

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese
(UNISINOS)

À Lari... grande amiga, parceira, confidente, que me ensinou que é preciso aproveitar ao máximo aqueles que amamos e, guardar em nós, um pouquinho do sorriso de cada um.

Saudade... E, com a tua risada gostosa na mente, seguimos...
afinal, “o show de todo artista tem que continuar”!!

À minha querida vó Terezinha, que muito mais do que vó é exemplo, fonte de força, e estímulo, alvo de muita admiração. Presto aqui essa singela homenagem na tentativa de retribuir todo o amor e dedicação que tenho recebido por toda vida.

Muito obrigada. Te amo, vozinha!

AGRADECIMENTOS

*“Meus amigos, quando me dão a mão,
sempre deixam outra coisa.
Presença, olhar, lembrança, calor.
Meu amigos,
quando me dão,
deixam na minha a sua mão”*

(Paulo Leminski)

Ao meu mestre, Pedrinho Guareschi, que me deu a honra de dividir muitas coisas... experiências, lutas, sonhos e tristezas... que sendo mestre-amigo-pai-irmão me ensinou que, no final de tudo, o que importa é a gente se querer bem. Muito, muito obrigada!

À minha mãe, parceira fiel nas aventuras da vida. Grande incentivadora que está sempre ali, pro que der e vier. À minha irmã - que tanto admiro!- que com sua inteligência e sensibilidade inigualáveis, sempre soube dizer a coisa certa na hora certa. Ao meu pai, que mesmo distante, tem muito a ver com tudo isso, sempre se esforçando para nos proporcionar uma boa formação e incentivando nosso crescimento.
Valeu!! Amo vocês!!

À Ana Luiza, amiga-irmã. Uma pessoa encantadora, que surgiu pra conquistar um espaço em mim que nunca mais ninguém tira. Ao Marcos-Ista que se revelou um grande amigo, partilhando as angústias e as felicidades dos anos de mestrado. Nada do que eu disser pode expressar exatamente o que sinto... Vocês sabem que foram fundamentais... nada disso existiria sem vocês... com amor...

À Neuza, que sempre abriu as portas da sua sala pra nos receber e, numa entrega desinteressada e genuína, deu aquele apoio de “mama” nas horas mais difíceis.
Muito obrigada por tudo!

Ao grupo de leitura e ao grupo de pesquisa, com os quais pude aprender muito e nos quais sempre foi possível encontrar o afeto que dá liga ao trabalho de pesquisa! Valeu!

Às gurias do Móbile, Mari, Rebeca, Lú, Marcelle, Cathana, Raquel e Carol, que acompanharam tudo desde o início... mesmo antes que eu mesma soubesse que era o início. Parceiras que ensinam muito sobre a vida, sobre a militância, sobre como potencializar os espaços coletivos e, principalmente, sobre afetos.
Sigamos aprendendo umas com as outras!

Aos grande amigos, Lucas, Tiago, Beba... enfim, todo “O Bando”, povo da chuva, que sempre soube acolher com muito carinho as inquietações e com os quais preciso comemorar muito! Muito obrigada pela calorosa presença... foi fundamental!

Ao pessoal do CRRD – Rosa, Rose e Márcio - que, embora não saibam, são responsáveis por muito do que sou hoje. Valeu por tudo, pelas barricadas de estudo, pelas viagens – em todos os sentidos – pela acolhida e pelo crescimento que proporcionaram através da entrega! Sigam semeando!

Às colegas-amigas Nelma e Branca, que descobri no meio do caminho e que sempre me estimularam muito, colaborando de forma incrível para minhas reflexões. Valeu pela escuta atenta e pelo afeto que sempre a acompanhava!

Aos “sujeitos de pesquisa” que, muito mais do que isso, foram parceiros de trabalho que me ensinaram muito sobre a garra com que precisamos seguir tocando a luta!
Muito obrigada pela disponibilidade e pela troca!

Ao CNPq que, através da concessão da bolsa, possibilitou a realização do mestrado e deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho propõe problematizar a militância na contemporaneidade através da compreensão da liquidez das instituições e das relações no contemporâneo. Para isso, nos dedicamos a refletir sobre nossas atuais condições de existência na fluidez social que vivemos, procurando pensar sobre as possibilidades de inter-relações nesse contexto. Realizamos um resgate sócio-histórico da militância, tentando identificar as diferentes formas que ela assume ao longo da história através dos movimentos sociais. Propomos, ainda, debater as possibilidades militantes nessa liquidez, avaliando e questionando as possibilidades de construções militantes na atualidade, buscando identificar as estratégias ativas e potencialmente subversivas na contemporaneidade. Buscamos produzir este estranhamento com a questão da militância para que os olhares e as perspectivas de sua compreensão da militância sejam ampliados para além de estereótipos e pré-conceitos.

Palavras-Chave: militância; movimentos sociais; modernidade líquida; resistência.

Área de Conhecimento: Psicologia Social – 7.07.05.00-3

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO.....	10
DO QUE ARDE EM NÓS.....	10
REFLETINDO SOBRE QUAL PESQUISA BUSCAMOS.....	11
O QUE JUSTIFICA NOSSA ESCOLHA TEMÁTICA.....	14
SOBRE PASSEAR POR ESTE TRABALHO.....	15
SOBRE O DIÁLOGO COM OS MILITANTES.....	16
UMA PESQUISA EM MOVIMENTO.....	18
1. PROJETO DE DISSERTAÇÃO: REVOLUÇÕES NO COTIDIANO – UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTO SOCIAIS.....	20
INTRODUÇÃO.....	21
OBJETIVOS.....	22
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
PROBLEMA DE PESQUISA.....	30
METODOLOGIA.....	30
CRONOGRAMA DE TRABALHO.....	34
ORÇAMENTO ESTIMADO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
2. ARTIGO TEÓRICO: POSSIBILIDADES MILITANTES NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA.....	37
RESUMO.....	38
ABSTRACT.....	38
POR QUE ESTUDAR MILITÂNCIA HOJE?.....	39
SOBRE A LIQUIDEZ DA MODERNIDADE.....	40
A MILITÂNCIA COMO PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO.....	45
A MILITÂNCIA NA LIQUIDEZ DA CONTEMPORANEIDADE: PARA ALÉM DA MODERNIDADE.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
3. ARTIGO EMPÍRICO: INVENTANDO A CONTRA-MOLA QUE RESISTE: UM ESTUDO SOBRE MILITÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	60
RESUMO.....	61
ABSTRACT.....	61
“JÁ CHEGA DE GENTE ACOMODADA!”.....	65
SOBRE A “PANELA DE PRESSÃO”.....	70
O BARCO À DERIVA.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
ANEXOS.....	84
1 - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	85
3- NORMAS DA REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA.....	88
4- NORMAS DA REVISTA PSICOLOGIA E SOCIEDADE.....	93
5- LETRA DA MÚSICA “PRIMAVERA NOS DENTES”.....	95

“O processo de escrever é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança, de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era “nada” era o próprio assustador contato com a tessitura de viver – e esse instante de reconhecimento, esse mergulhar anônimo na tessitura anônima, esse instante de reconhecimento (igual a uma revelação) precisa ser recebido com a maior inocência, com a inocência de que se é feito. O processo de escrever é difícil? Mas é como chamar de difícil o modo extremamente caprichoso e natural como uma flor é feita (...)”

Clarice Lispector

(Submissão ao Processo, In: Para não esquecer. RJ: Rocco, 1999, pg. 73)

APRESENTAÇÃO

Sobre o que arde em nós

Certo dia, logo nas primeiras semanas de mestrado, durante uma conversa informal, um amigo me perguntou: tu te consideras uma militante? E foi a partir daí que as coisas ganharam outro colorido... Pensava eu: Mas o que é ser militante hoje? Não pego em armas, não faço parte de nenhum grupo clandestino, não vou às praças queimar sutiãs, nunca fui presa... Quem são, onde estão e como são os militantes de hoje?

Eis o que ficou de uma caminhada de, no mínimo, dois anos! No mínimo porque muito mais que o tempo que compõe o mestrado, este escrito é fruto de muitas experiências de vida, de trabalho, de decepções e apaixonamentos. Sem meandros, este trabalho é fruto, como diria o mestre¹, de um tesão, daquilo que queima e arde naqueles que, de certa forma, se sentem unidos por alguma luta.

No texto “Os Indiferentes”, Gramsci cita Hebbel² ao dizer que “viver significa tomar partido” e afirma que a indiferença é o peso morto da história. Este trabalho busca responder à uma exigência acadêmica, mas mais do que isso, pretende provocar inquietações, para que o comodismo, a mesmice e a indiferença não imperem: queremos que este seja um escrito militante, que traduza implicações ético-políticas da psicologia social!

A implicação do pesquisador com o tema de pesquisa é paradoxal. Por um lado, aproxima da temática, permite que se escreva de dentro, sentindo a pesquisa na própria carne. Por outro, facilita os chamados pontos cegos. O diálogo com colegas, orientador, professores e outros tantos que cruzaram o caminho da dissertação procurou desanuviar

¹ No grupo de pesquisa, costumamos carinhosamente chamar nosso professor, orientador deste trabalho, Pedrinho Guareschi, de mestre.

² Gramsci, Antônio. Os indiferentes. Tradução de Pedro Celso Cavalcanti. Retirado do site www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/osindiferentes.htm, em 05 de janeiro de 2006.

esses pontos sem, entretanto, imaginar que alguma verdade possa estar nesta clareza. Por isso, esta escrita é coletiva, feita a muitas mãos, cabeças e corações: nós! Como afirma Maturana³, a pesquisa é resultado de um certo modo de viver e de perguntar-se sobre o viver, não sendo independente do processo de questionamento do próprio pesquisador.

Refletindo sobre qual pesquisa buscamos

Nossas noções de tempo e espaço se modificam a cada dia. A aceleração com que vivemos nossas relações de trabalho, familiares, amorosas e diplomáticas é tão grande que fica difícil apreender o presente. Se por um lado essa velocidade nos deixa angustiados pela constante transformação do mundo, de seus códigos, de seus interesses, por outro, exige uma ciência em constante movimento, uma ciência que esteja atenta à estas transformações para que não se torne apenas um amontoado de papéis empoeirados numa estante de biblioteca. A temática dos movimentos sociais permite essa turbulência no mundo acadêmico, exigindo que as ciências sociais, a economia, a psicologia e a filosofia estejam atentas às constantes transformações nos modos de organização das sociedades civis, principalmente na América Latina.

Em tempos de mensalão e denúncias de corrupção no Brasil, muito se questiona sobre a participação política dos cidadãos. A grande cobertura da mídia e a importância do tema permitiram a criação de centenas de “especialistas” no assunto, que debatem o futuro do país nas ruas, nas esquinas, nos botequins, nos parques. No saber do senso comum, militância lembra os grandes revolucionários da década de 60 e 70, lembra Che Guevara, e outros tantos que deram a vida em nome de uma causa. De lá pra cá, percebemos inúmeras transformações sociais que, sem dúvida, influenciaram na

³ Maturana, H. R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Org. Cristina Magro e Vitor Paredes. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2001.

construção de uma nova militância. Será possível, atualmente, deixar de lado a vida para “dar o sangue” por uma causa? Será que a militância de hoje não precisa articular sua luta com as demandas do cotidiano capitalista globalizado? Como ser revolucionário ao mesmo tempo em que, por exemplo, é preciso trabalhar para o sistema para que se possa garantir, minimamente, uma sobrevivência econômica? Em meio a estes questionamentos, esta pesquisa procura refletir sobre as mudanças que a figura do militante vem sofrendo ao longo do tempo, tentando compreender como emerge esse sujeito social na contemporaneidade.

Este trabalho busca desnaturalizar, problematizar e colocar em xeque a militância na contemporaneidade. Para isso, observamos nosso objeto e deixamos que ele nos observe. Longe do ideal da ciência moderna, aqui, sujeito e objeto não são tomados como independentes, externos um ao outro. Partindo do pressuposto de que tudo é historicamente produzido, compreendemos sujeito e objeto se constituindo no movimento de interação: nenhum existe previamente. Em nosso modesto objetivo, procuramos dialogar com nossos mestres, aqueles que teorizaram sobre o tema e com aqueles sujeitos que vivenciam o fenômeno que estamos chamando de militância.

Buscando refletir sobre essas questões, procuramos, acima de tudo, desmanchar os territórios fixados e tomados naturalmente como dados, procurando deixar evidente seu caráter processual e histórico nos grupos em questão. As perguntas centrais que povoam esta pesquisa são: Como se mostra e se fala sobre o que é a militância hoje? Como acontece a militância no contemporâneo? Com isso, queremos deixar claro que não procuramos uma relação linear de causa e consequência que explique o objeto. Ao contrário, conforme sugere Maraschin⁵, buscamos uma causalidade anelar, isto é, que compreenda um sistema construído coletivamente, que abarque sua multiplicidade e

⁵ Maraschin, Cleci. Pesquisar e intervir. Revista Psicologia & Sociedade, 16, Número especial, 2004, pg.98-107.

heterogeneidade de produção. Por isso mesmo, as explicações são sempre reformuláveis.

Na construção desta pesquisa, procuramos cartografar a construção da militância no contemporâneo, procurando identificar as formas, desejos, aspirações e sentidos no momento sócio-histórico que vivemos. Todos podem ser cartógrafos se entendermos que este é aquele que deseja se envolver com a construção dessas linhas, emaranhar-se, misturando-se com os acontecimentos e “compondo territórios que não sejam fixos por muito tempo, já que o movimento não cessa”⁶. Para isso, exploramos diferentes referenciais teóricos na perspectiva de que “todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas”⁷. O corpo dessa pesquisa foi constantemente atravessado por inúmeras fontes de saber, a partir das quais procuramos criar e recriar conceitos, formando novos e mutantes corpos. Assim, como disse Bey⁸, tentaremos olhar os acontecimentos e as teorias com olhos caleidoscópios. Com esta pesquisa, não temos a pretensão de buscar universalidades ou verdades. Procuramos acompanhar o movimento das linhas traçadas pelos militantes nessas andarilhagens, possibilitando um desenho em eterna mutação. Assim, optamos por um caminho entre múltiplas possibilidades, com a consciência de sua provisoriedade e singularidade, sendo um recorte dentre tantos outros possíveis na compreensão da militância.

O que justifica nossa escolha temática

Vivemos tempos de incerteza, de fronteiras tênues, de mundo globalizado, de ausência de verdades que garantam segurança às coisas da vida. Tempos de cada um por

⁶ BARROS, Regina Benevides; BRASIL, Vera (1992). Cartografia de um trabalho socioanalítico. In: RODRIGUES, Heliana; LEITÃO, Maria Beatriz; BARROS, Regina Benevides (Orgs.) Grupos e Instituições em Análise. RJ: Ed. Rosa dos Tempos, pg.228.

⁷ ROLNIK, Suely (1989). Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, pg. 66.

⁸ BEY, H. (2004). TAZ – Zona Autônoma Temporária. Coletivo Sabotagem.

si, de endeusamento de coisas, de consumismo vazio. Tempos de trabalho sem criação e tempos sem trabalho para todos. A contemporaneidade, a modernidade líquida (que assim preferimos chamar para não alimentar ainda mais a polêmica - sem conclusões - entre “modernidade” e “pós-modernidade”) tem carregado consigo questões que fazem parte de nossas vidas, desde as “pequenas” coisas do cotidiano.

Quando falamos em militância nos deparamos com olhares de “ai, lá vai esse povo rebelde, barbudo, sujo e chato mais uma vez...” ou então de “ah, os voluntários... o que seria das criancinhas de rua sem eles?”, ou ainda “lá vêm os companheiros sisudos do partido!”. Mas o fato é que, para além dos estereótipos que criamos ao longo do tempo em cima da militância, muito pouco se estuda sobre suas possibilidades atuais. Os estudos que encontramos oscilam entre o romantismo e o saudosismo dos tempos da luta armada de resistência à ditadura militar que vivemos no Brasil e o atual papel das ONGs e entidades filantrópicas que se pautam no estímulo ao voluntariado como forma de exercício da cidadania.

Acreditamos que a importância desta pesquisa esteja em ajudar na reflexão das possibilidades da militância como forma de resistência no campo político e social na contemporaneidade. Além disso, colaborar para que possamos, cada vez mais, enxergar a psicologia, e em especial a psicologia social, como uma possibilidade de militância, lutando por espaços mais humanos, democráticos e combativos no que diz respeito à garantia dos direitos humanos, possibilitando voz aos que se encontram de alguma forma silenciados. Vivemos um momento sócio-histórico no qual nós, psicólogos, não podemos mais nos omitir das questões econômicas, sociais, políticas e militantes, correndo o risco de trabalharmos apenas por um sujeito abstrato, que não vive, trabalha, se relaciona, ama ou sofre *nesse* mundo.

Sobre passear por este trabalho

A estrutura dessa dissertação é nova para muitos, inclusive para mim. O desafio de escrever dois artigos que contemplassem as discussões teóricas e empíricas feitas ao longo desses dois anos parecia, inicialmente, impossível. Tentamos mergulhar nas principais temáticas que envolvem este estudo, sabendo, entretanto, que muito mais poderia ser dito. Que sigamos pesquisando!

O primeiro artigo, intitulado “Possibilidades militantes na liquidez contemporânea”, busca dar conta da exigência de um artigo teórico. Nele, procuramos um diálogo com diferentes autores que nos auxiliaram a refletir sobre a militância. O artigo é constantemente atravessado pela noção de modernidade líquida, trazida por Bauman⁹, a partir da qual procuramos compreender nossa possibilidade de ser e estar neste mundo de fronteiras difusas, de incertezas e de incoerências. Assim, tratamos da possibilidade de subjetivação a partir dessa perspectiva, bem como do papel e dos modos de operar dos movimentos sociais ao longo do tempo. Buscamos resgatar historicamente a militância, desde seus ditos anos dourados nas décadas de 60 e 70 até suas possibilidades atuais, propondo um olhar crítico que pense novas formas de militância para novos tempos. Finalmente, apresentamos algumas reflexões a partir de como compreendemos as possibilidades militantes de hoje.

O segundo artigo, que chamamos de “Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade”, tem como foco as possibilidades atuais de militância, trazendo reflexões a partir da pesquisa empírica que foi realizada. Nosso objetivo, nesta parte do trabalho, é procurar, no cotidiano, as possibilidades de resistência e de subjetivação na contemporaneidade. Para isso, utilizamos dois vetores de análise que nos auxiliam na compreensão daquilo que movimenta os sujeitos à

⁹ BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

organização coletiva e os paradoxos que a participação militante apresenta nos movimentos sociais.

Sobre o diálogo com os militantes

Para a realização da pesquisa, foram entrevistadas seis pessoas com histórias militantes, ou seja, pessoas que estavam engajadas com movimentos sociais. Assim, contamos com a participação de uma pessoa de cada um dos seguintes movimentos: Programa de Redução de Danos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS (PRD), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Associação de Hip Hop do Vale dos Sinos – RS (AHVS), Movimento dos Trabalhadores Desempregados - RS (MTD), ONG Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual e Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Nosso critério de escolha desses participantes passou unicamente pela necessidade de que fossem pessoas que tivessem envolvidas com algum movimento social, sendo que chegamos a elas em função de contatos pessoais, de indicações... de caminhadas na luta.

Na busca de uma metodologia que pudesse ir ao encontro de nossos objetivos e referenciais epistemológicos, encontramos na entrevista narrativa¹⁰ a possibilidade de um método alternativo ao método de perguntas e respostas tão comum nas pesquisas acadêmicas. A entrevista narrativa busca resgatar o papel que o contar histórias possui na construção dos acontecimentos sociais. Apresenta um caráter contestador, propondo-se a ser uma entrevista de profundidade, não estruturada, onde a interferência do entrevistador deve ser mínima para que se possa chegar mais perto de uma versão menos sugerida, imposta ou induzida. Este método não acredita numa versão neutra dos fatos, mas que estes são constituídos e contados a partir de uma cosmovisão particular.

Para tanto, utiliza-se da comunicação cotidiana (contar e escutar histórias), evitando uma pré-estruturação da entrevista.

Nosso embasamento teórico para tal método foi amparado em Jovchelovitch e Bauer, que apontam que o pesquisador deve encorajar e estimular o sujeito a contar a história de um acontecimento relevante para sua vida e para o contexto social. O pressuposto implícito aqui é o de que o sujeito revela e explicita de forma melhor e mais espontânea quando utiliza sua própria linguagem na narração dos acontecimentos. Mostrou-se claro que através da entrevista narrativa pudemos reconstruir acontecimentos sociais amplos a partir da perspectiva do sujeito.

Dessa forma, durante a entrevista narrativa nosso papel era apenas de estimular o diálogo. Iniciávamos com algumas questões, que auxiliavam os sujeitos a se desinibirem e se sentirem a vontade para falar. Depois desse primeiro momento, perguntávamos, de forma ampla e não diretiva, como era seu envolvimento com o movimento social, o que buscava nesse espaço. Isso era o suficiente para que as pessoas se sentissem instigadas a contar sua trajetória dentro da militância, resgatando suas idéias, sonhos, projetos e lutas. Com cada sujeito, foi realizada uma entrevista, com mais ou menos uma hora de duração. Chamaremos de “entrevista” cada um desses encontros, embora tenhamos deixado claro que não se tratou de uma entrevista nos moldes em que estamos acostumados. Além disso, outros diálogos, em outros momentos, contribuíram na produção deste conhecimento, de forma que o que trago aqui é o fruto de uma reflexão feita a partir de muitas vozes.

No segundo artigo, que trata mais especificamente da pesquisa realizada, apresentamos algumas falas literais. São, a princípio, falas dos sujeitos com os quais dialogamos para a pesquisa. Entretanto, acreditamos que não são *estes* indivíduos que

¹⁰ JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin (2002). Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático. Petrópolis:

estão falando, expressando suas idéias, mas remetem aos enunciados a partir dos quais os sujeitos com histórias de militância significam a militância e sua participação. São falas que expressam uma questão social e não individual. Estas são falas de muitos outros personagens de nosso cotidiano social.

Uma pesquisa em movimento

Da construção do projeto para aprovação do Comitê de Ética até a prática da pesquisa, muito modificou-se. A finalização do projeto de pesquisa, no final do primeiro ano de mestrado, coincidiu com minha participação no Acampamento Intercontinental da Juventude, no 5º Fórum Social Mundial. Esta experiência me permitiu conviver por mais de quatro meses com militantes dos mais diversos movimentos sociais do Brasil e do mundo e perceber que os objetivos que havíamos traçado no projeto de pesquisa eram demasiado amplos (vide página 22) e, de certa forma, incompatíveis com a realização de uma dissertação.

Além disso, a convivência diária com essas pessoas aliada às leituras que realizava, redirecionaram minhas inquietações. Quando comparava o que lia sobre movimentos sociais com o que via efetivamente na prática cotidiana, percebia que existia uma certa lacuna, que as coisas já não eram como os livros diziam. Assim, passamos a centrar nossa questão de pesquisa na militância na contemporaneidade, tentando compreender como esta influencia nas possibilidades militantes.

No que tange aos referenciais teóricos, também realizamos algumas mudanças em função do formato solicitado para a apresentação dessa dissertação, qual seja, em dois artigos. Com o andar da pesquisa percebemos que era preciso focar mais nosso tema, para que fosse possível abordá-lo de forma consistente em poucas páginas.

O campo trouxe novas inquietações e novas necessidades, permitindo que fizéssemos desta uma pesquisa viva e pulsante.

*“Mas já que se há de escrever,
que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas”*

(Clarice Lispector)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**REVOLUÇÕES DO COTIDIANO:
UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Thaiani Farias Vinadé

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado em Psicologia da PUCRS como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre, novembro de 2004.

INTRODUÇÃO

*“A minha alma tá armada / E apontada para a cara / Do sossego
Pois paz sem voz / Pois paz sem voz / Não é paz é medo...”*
(O Rappa)

A temática relacionada aos movimentos sociais encontra-se em evidência no mundo contemporâneo. Os meios de comunicação de massa nos trazem constantemente notícias sobre sua atuação e reivindicações. Estes movimentos foram e continuam sendo alvos de grande interesse, sendo que muito se discute sobre o que é chamado de movimentos sociais, como se dá sua composição e organização, o que desejam, pelo que e por que lutam.

Os movimentos sociais são uma reação resultante de um “conflito”, propondo mudanças na vida social. Estes conflitos surgem da insatisfação com alguma situação e a sociedade civil organizada propõe alterações que possam dar conta desses impasses. A grande maioria desses conflitos é resultante da incapacidade do Estado em atender às necessidades da população, levando-a à marginalidade política. Assim, os movimentos sociais possuem caracteristicamente uma relação de conflito com o Estado, estando em constante luta para fazer valer seus direitos enquanto membros de um movimento e como cidadãos. Temos, assim, duas partes em oposição: uma que deseja modificações e a outra que luta pela manutenção da situação atual.

Em um país marcado pela imensa desigualdade social como o Brasil, vemos muitas marchas:

“Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas. De marchas dos que não têm escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser. (...) São andarilhagens históricas pelo mundo” (Freire, 1997, 15m30s).

Estas se tornam cada vez mais constantes revelando a consciência da opressão e a necessidade de ir às ruas lutar contra o esmagamento das subjetividades causado pelo capitalismo. Mas não são todos que aderem às marchas. Por quê? O que faz com que

cidadãos resolvam abrir mão de seu cotidiano aparentemente tranqüilo para irem à luta por uma causa? O que leva à militância? À organização em coletivos de ação? O que impulsiona essas revoluções do cotidiano?

Essas são algumas das inquietações que perpassam este trabalho.

OBJETIVO

Objetivo Geral:

Compreender o que leva as pessoas à participação política no espaço dos movimentos sociais, tentando identificar como e em que cenário emergem esses sujeitos sociais.

Objetivos Específicos:

- Traçar o histórico dos movimentos com os quais os sujeitos estão engajados, abrindo espaço para a investigação dos principais objetivos e motivações para a fundação e manutenção do mesmo, ou seja, estudar a “estrutura” de cada movimento.

- Investigar o papel atual do movimento no contexto capitalista liberal e quanto este influencia as atividades, planos e metas da organização.

- Investigar o papel revolucionário e de resistência política dos sujeitos e dos movimentos sociais.

- Compreender a importância e o papel dos movimentos para os atores sociais engajados, investigando as motivações que levam tais atores à participação política.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“Em cada morro uma história diferente
Que a polícia mata gente inocente
E quem era inocente hoje já virou bandido
Pra poder comer um pedaço de pão todo fodido
Banditismo por pura maldade, banditismo por necessidade
Banditismo por uma questão de classe!”*

Chico Science

Capitalismo e o modelo liberal

Para uma melhor compreensão dos movimentos sociais, faz-se necessário, antes de mais nada, contextualizar o modelo econômico e político no qual surgem, qual seja,

o capitalismo liberal. O tipo de liberalismo que se implantou e fortificou na segunda metade do século XX foi pensado e estruturado por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos. Ao reunirem-se em Mont Saint Pélerin, na Suíça, em 1947, Popper, Lippman, Hayek e Milton Friedman, elaboraram um projeto econômico e político que ia na contramão do surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e da política norte-americana do New Deal. Tal projeto baseava-se no ataque ao chamado Estado-Providência, com seus encargos sociais e sua função de regulador das atividades do mercado. Segundo o modelo liberal, este funcionamento impedia a liberdade dos cidadãos e a competição, fatores que julgavam imprescindíveis à prosperidade (Chauí, 1999).

Este projeto se manteve na espreita até o início dos anos 70 quando o capitalismo se viu em crise em função das baixas taxas de crescimento econômico associadas às altas taxas de inflação, configurando a estagflação¹. Para os idealizadores do novo projeto, a crise surgiu em função do excessivo poder dos sindicatos e movimentos sociais, que pressionavam por aumentos salariais e exigiam o aumento dos encargos sociais do Estado, acabando com os lucros empresariais e desencadeando o processo inflacionário.

As idéias do grupo neoliberal pareciam se encaixar perfeitamente neste momento de grande instabilidade e incertezas econômicas. Para sanar a problemática em questão, o liberalismo propôs, basicamente, quatro mudanças importantes para o Estado: 1) um Estado forte, que pudesse realizar uma quebra no poder dos sindicatos e movimentos sociais, controlando os gastos e cortando investimentos em encargos sociais; 2) um Estado com a meta voltada à estabilidade monetária, restaurando a taxa de desemprego que se fazia importante para manter uma boa reserva de mão-de-obra para desestabilizar os sindicatos; 3) um Estado que operasse uma reforma fiscal, incentivando investimentos privados e aumentando impostos sobre a renda individual e 4) um Estado que se mantivesse afastado da regulação da economia, deixando para a racionalidade do mercado tal tarefa. Em suma, o modelo baseava-se na “abolição dos investimentos estatais, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização” (Chauí, 1999, pg.28).

O projeto neoliberal foi aplicado primeiramente no Chile. Depois, na Inglaterra, nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista e, após a queda do muro

¹ Termo que traduz uma situação econômica onde coexistem a inflação persistente e desemprego elevado, situação fruto da inércia do processo inflacionista (Dicionário de Economia, 2004).

de Berlim, para o Leste Europeu. Este modelo proporcionou uma mudança importante no modo de acumulação do capital, inaugurando a “acumulação flexível”, que, entretanto, não havia sido prevista pelo grupo de Mont Saint Pélerin. Um dos objetivos era a baixa da inflação, que de fato aconteceu. O segundo objetivo, de forma nenhuma menos importante, era o aumento das taxas de crescimento econômico que não se concretizou em função do incentivo à especulação financeira em vez de investimentos na produção. É a isto que chamamos de “capitalismo pós-industrial”.

Atualmente, com o declínio dos princípios keynesiano e fordista que regulavam a sociedade capitalista até meados dos anos 70, encontramos muita dificuldade em definir as bases do capitalismo contemporâneo. Muitos estudos enfatizam diferentes aspectos deste modelo, o que, no entanto, não nos permite conhecê-lo em sua totalidade, como no século XIX e após a Segunda Grande Guerra, visto que nem mesmo o grupo fundador deste modelo esperava o que aconteceu. A reunião destes diversos estudos pode, de alguma forma, nos apontar alguns traços sobre a situação do capitalismo contemporâneo. Quais sejam, 1) Desemprego: tornou-se estrutural através da velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada em virtude da velocidade das inovações tecnológicas. Tem-se, então, o enfraquecimento das forças sindicais e o aumento da pobreza; 2) Ampliação da desvalorização do trabalho produtivo e privilégio do poderio do capital, fazendo com que as políticas de várias nações (principalmente as de Terceiro Mundo) dependam dos investimentos de grandes bancos e instituições financeiras; 3) Terceirização de serviços: a dispersão dos operários em unidades terceirizadas espalhadas em diversas localidades do planeta forçou o desaparecimento de referenciais concretos que permitiam que os operários se organizassem em lutas de classe; 4) Conversão da ciência e da tecnologia em forças produtivas agentes de acumulação do capital, sendo que a força e o poder capitalista encontram-se no monopólio de conhecimento e informação; 5) Descarte, por parte do capitalismo, da presença do Estado no mercado e nas políticas sociais, através da terceirização de serviços. Dessa forma, o que era um direito, passa a ser um serviço privado adquirido por quem tem poder aquisitivo; 6) Transnacionalização da economia: o centro econômico, jurídico e político encontra-se no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no Banco Mundial, que operam sobre a estabilidade econômica e o corte do déficit público dogmaticamente e 7) Substituição dos conceitos de “países de Primeiro e Terceiro Mundo” por bolsões de riqueza e pobreza absolutas em virtude da má distribuição de renda e de acesso a serviços.

A partir desse conjunto que dá forma aos modos de vida em sociedade de nossos tempos, convivemos com a efemeridade e a intensa produção de imagens produzidas pelas novas tecnologias. O paradigma do consumo que marca a ideologia pós-moderna realiza três grandes inversões ideológicas: substitui a lógica da produção pela lógica da circulação, substitui a lógica do trabalho pela lógica da comunicação e substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo (Chauí, 1999).

Movimentos populares, Organizações Não-Governamentais e democracia

As marchas têm assumido um importante papel nas sociedades contemporâneas. Podemos entender esse movimento como um despertar para a busca de condições de vida mais justas e dignas, além do desejo de interferir diretamente no processo histórico de sua realidade e a vontade de posicionar-se como sujeitos ativos. Vemos a sociedade civil de hoje cada vez mais preocupada e voltada para causas ligadas à fome, ecologia, violência e direitos humanos em geral.

No Brasil houve grandes movimentos de luta em busca de justiça social como, por exemplo, o Quilombo dos Palmares (1690-1695), o Movimento da Cabanagem (1831-1840) e a Greve de 1917. Na contemporaneidade, o Brasil encontra-se cada vez mais emaranhado num processo crescente de acirramento de seus antagonismos e a conseqüente exclusão social, inerentes ao modo de produção capitalista. Os movimentos sociais, sindicais e aliados, através de várias manifestações, buscam contribuir para a constituição de “novos” valores para a sociedade.

Atualmente somos, no Brasil, mais de 150 milhões de pessoas numa extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Nos setores produtivos, vemos o desenvolvimento tecnológico de ponta coexistindo com estruturas arcaicas de produção. Economicamente ocupamos a nona posição no cenário capitalista mundial. Viemos ocupando as primeiras posições no que diz respeito à exportação de alimentos, enquanto que um terço do povo brasileiro sofre de desnutrição grave. A desigual distribuição de renda faz com que 1% da população (a parcela mais enriquecida, ou seja, que recebe mais de 49 salários mínimos) concentre 14% da renda e 30% da população (a parcela mais empobrecida) concentre apenas 4,75% do bolo. Além disso, temos muitos governantes e políticos que nem sempre primam pela honestidade e muitas vezes trabalham em benefício próprio ou de organizações financeiras, em vez de fazê-lo pela maioria, isto é, pelo povo marginalizado (Peruzzo, 1998).

Esses números se refletem no cotidiano das pessoas: apenas uma pequena parcela da população pode usufruir as benesses do capitalismo que, paradoxalmente, estimula a supervalorização do mundo material. Assim, sobressai-se a miséria, a violência, a falta de atendimento adequado às necessidades básicas, como saúde, moradia, educação e nutrição, entre tantas. Os direitos humanos universais são feridos cotidianamente, deteriorando a existência da maioria da população.

A sociedade brasileira encontra-se num constante movimento de mudança pautado pelo conflito entre forças contrárias, onde ora prevalece a afirmação e ora a rejeição do *status quo*. Essa dinâmica pode ser entendida como a elaboração de algo diferente e nos ajuda a compreender a emergência de novos movimentos coletivos na sociedade civil.

Os setores das classes subalternas, que durante os anos de ditadura no Brasil se viram impedidos do acesso à cidadania, começam, no final da década de setenta, a denunciar, resistir e organizarem-se na reivindicação de direitos. Dessa forma, surgem novos personagens na cena política do país, novos movimentos sociais populares e sindicais.

Com o advento da Nova República, os Movimentos Sociais ampliaram a sua atuação e, inseridas neles, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) passam a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional.

No Brasil, as ONGs surgiram na década de 60, buscando a concretização dos direitos humanos e a redemocratização do país após o período de ditadura militar. Apesar de inicialmente surgirem sem grande visibilidade social, desde a Conferência do Meio Ambiente, a Rio 92, as ONGs ganharam espaço na mídia e nos principais debates públicos do país (Haddad, 2002).

As experiências exitosas desenvolvidas pelas diversas ONGs em todo país (muitas premiadas e adotadas como políticas públicas pelo Estado) comprovam o importante papel que estas organizações vêm ocupando no cenário nacional. O advento das ONGs inaugura um fazer interativo técnico-político, como um instrumento de combate à exclusão social e ao elitismo político, instituindo a própria esfera pública como espaço mais amplo do que o de atuação dos governos (Buarque e Vainsencher, 2001).

Apesar da dificuldade de um mapeamento mais preciso sobre o número de ONGs do Brasil hoje, a Secretaria da Receita Federal registra como cadastradas, em 1995, 220 mil organizações sem fins lucrativos.

No Brasil, conforme estudos publicados no *site* da ABONG (Associação Brasileira de ONGs), existem aproximadamente 333 mil pessoas acima de 18 anos que se dedicam ao trabalho voluntário (ABONG, 2004). Entretanto, cabe diferenciar o trabalho voluntário das instituições sem fins lucrativos do terceiro setor em geral da atuação das ONGs, pois estas, na maioria dos casos, contam com profissionais qualificados, que em sua maioria se dizem militantes das causas pelas quais trabalham.

Atualmente, a grande dificuldades das ONGs se refere à sua identidade. Estas organizações lutam para se diferenciarem das outras organizações sem fins lucrativos e com finalidade pública. Além disso, têm um grande desafio no que diz respeito às intervenções sociais, qual seja, atuarem sem se tornarem substitutas das representações políticas e do próprio Estado. O objetivo maior ainda é constituir-se como sujeitos atuando de acordo com as reais necessidades e pelos direitos de diversos segmentos sociais, como mulheres, negros e negras, homossexuais, crianças e adolescentes etc., bem como pela preservação do meio ambiente, pela segurança alimentar, e outras atividades.

Uma tendência importante na organização das ONGs é a expansão da formação de redes de ONGs, ou seja, ONGs que atuam em segmentos específicos atuando juntas, em rede, e também de ONGs e redes de diferentes campos de atuação, unindo-se em redes e/ou movimentos em luta por causas “macro”, como por exemplo os Comitês contra a ALCA, a Marcha Mundial das Mulheres, etc. Outro exemplo é a Inter-Redes: Direitos e Política, espaço que foi proposto por várias redes com a finalidade de debater os contextos pré e pós-eleitoral. Este espaço cresceu e conta hoje com a participação de mais de 30 redes, fóruns e movimentos, que se reúnem para debater temas da conjuntura nacional (ABONG, 2004).

O êxito estratégico, político e identitário de certos movimentos da atualidade (como o feminismo, o ambientalismo e o pacifismo) deve-se, principalmente, à eficaz articulação que conseguem estabelecer entre as diversas dimensões da ação individual e coletiva (cultural, psicológica, estratégica, etc). O novo contexto inaugurado pela Constituição de 1988, permitiu a expansão da esfera pública com o surgimento de novos atores e movimentos sociais, como o novo-sindicalismo, confederações nacionais de moradores de bairros populares, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de outros grupos nacionais e regionais. A convergência e mútua cooperação entre

estes movimentos têm permitido grande capacidade de intervenção no espaço público, influenciando sistemas políticos e a opinião pública em geral (Krischke, 2003).

A atuação dos movimentos sociais aponta para uma questão importante no que tange à forma de democracia com a qual convivemos. A exigência tão freqüente ultimamente de uma maior democracia aponta para a necessidade de que a democracia representativa seja acompanhada ou até mesmo substituída pela democracia direta, participativa. Para Bobbio (1986), o que acontece atualmente em relação ao desenvolvimento da democracia não pode ser entendido como um novo tipo de democracia, mas como uma ocupação de novos espaços que até agora eram dominados por organizações hierárquicas e burocráticas.

A democracia participativa surge, dessa forma, com o objetivo de superar os entraves apresentados pelo atual modelo, a democracia representativa. O que pode parecer simples à primeira vista se revela extremamente complexo e difícil, a começar pela própria definição de participação. Para Monteiro (1996), a participação é um fenômeno do campo da experiência subjetiva. Ela se constrói no social, com o pensar, o agir e o sentir, cotidianamente. A participação, dessa forma, é um acontecimento transformador, que transforma, ao mesmo tempo, o sujeito e o contexto, sendo uma transformação psicossocial.

Creemos que é fundamental pensar num referencial que possa servir de orientação às mudanças que se impõem. O ponto a seguir quer ser uma sugestão a tal empreendimento.

Emancipação e consciência social

Boaventura Souza Santos (2002), através de seus estudos sobre alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global produzidos pelos movimentos sociais, observou a existência do que denominou “razão indolente”. Esta se caracterizaria pela razão impotente (aquela que não se exerce por pensar que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a si), pela razão arrogante (não se exerce por imaginar-se incondicionalmente livre), pela razão metonímica (que se reivindica como única forma de racionalidade, tomando a parte pelo todo) e pela razão proléptica (que julga saber tudo sobre o futuro, concebendo-o como uma superação linear, automática e infinita do presente).

Para o autor, a razão indolente se faz presente nas formas de conhecimento hegemônicas produzidas no Ocidente nos últimos duzentos anos, tanto no campo

filosófico quanto no científico. Assim, para que se transforme essa produção de conhecimento torna-se necessária uma importante mudança nessa razão que preside todas essas produções, ou seja, precisamos “desafiar a razão indolente” (Santos, 2002, pg.241).

Fazendo a crítica da razão metonímica, Santos (2002) propõe a dilatação do presente, num novo espaço-tempo que pressupõe uma outra razão, como forma de recuperar a experiência desperdiçada. Assim, propõe uma sociologia das ausências, que busca demonstrar que o que não existe é ativamente produzido como tal, ou seja, como uma alternativa não-cabível ao que existe. Esta sociologia busca transformar os objetos impossíveis em possíveis e, baseando-se nelas, transformar a sociologia das ausências em presenças. É uma dimensão desconstrutiva, que busca problematizar a monocultura racional através do questionamento de cinco modos de produção da não-existência e suas formas sociais: a monocultura do saber e do rigor científico (que produz o ignorante), a monocultura do tempo linear (que produz o residual), a lógica da classificação social (que produz o interior), a lógica da escala dominante (que produz o local) e a lógica produtivista (que produz o improdutivo).

A sociologia das ausências é sempre transgressiva, propondo mudanças na razão que formou as ciências sociais convencionais. Tais proposições partem da execução de cinco ecologias: ecologia de saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e de produtividade.

Fazendo a crítica à razão proléptica, Santos (2002) propõe a contração do futuro através da sociologia das emergências, substituindo o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas (utópicas e realistas) que se constroem no presente.

Através da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, o autor aponta para a expansão do domínio das experiências sociais já disponíveis e das experiências sociais possíveis.

Os atores engajados na aplicação dessas sociologias são, necessariamente, cidadãos engajados politicamente. Para tanto, tomemos emprestado de Guareschi (2004) o conceito de consciência social. Um primeiro ponto importante trazido por ele é que toda consciência é social (a própria etimologia da palavra consciência, do latim, *scire cum*, saber com, remonta a isso), ou seja, é sempre em relação ao outro. Para o autor, a consciência social possui três principais características: a percepção de que uma sociedade é construída a partir de relações; a compreensão de que nesta sociedade vista

a partir das relações é impossível não agir e a percepção de que as ações dos sujeitos são carregadas de uma ética, de valores.

Consciência social, assim, pode ser entendida como a compreensão da trama social que nos circunda, da máquina da sociedade. A perda da ingenuidade e a percepção de que se as coisas do mundo estão organizadas dessa forma é porque alguém, ou grupos, assim o quis, baseados em interesses específicos, é o que leva ao despertar para uma consciência crítica e histórica. Dessa forma, o conceito de consciência social se faz imprescindível para compreensão dos movimentos sociais, pois busca explicar porque algumas pessoas se engajam em lutas, em causas que objetivas a mudança do *status quo*, e outras apenas observam tudo isso, de longe, na ilusão de que é possível não agir.

PROBLEMA DE PESQUISA

Problema

O que leva as pessoas à participação política através do espaço dos movimentos sociais? Como e em que cenário emerge esse sujeito social?

METODOLOGIA

Procedimentos Metodológicos

Tipo de Pesquisa

O mundo social não é um dado natural (Bauer, Gaskell e Allum, 2002), mas construído por pessoas em suas vidas cotidianas. Dessa forma, trabalharemos com pesquisa qualitativa, visto que é através da entrevista qualitativa que o pesquisador pode ter acesso a dados importantes para o desenvolvimento e a compreensão das relações construídas entre os atores sociais em sua situação.

A pesquisa de cunho qualitativo não busca descobrir “a verdade” sobre o fenômeno em questão, mas estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, pontos de vista, sobre os fatos a serem estudados. O objetivo é compreender, de forma detalhada, as crenças, valores, atitudes e motivações dos comportamentos em relação a contextos sociais específicos.

Participantes

Serão realizadas entrevistas em profundidade com cinco pessoas da comunidade que, de alguma forma, encontram-se engajadas com movimentos sociais. Os participantes serão escolhidos aleatoriamente, através de um primeiro contato a realizar-se durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Através deste espaço agregador de lutas e movimentos sociais, espera-se contatar pessoas com o perfil do presente estudo, qual seja, de pessoas que se sentem engajadas em alguma causa, que participam politicamente da realidade social na qual estão inseridos.

Procedimento de Coleta de Dados

A coleta de dados será dividida em duas partes. Num primeiro momento (linha horizontal), realizar-se-á uma pesquisa sócio-histórica acerca do movimento em questão. Esta pesquisa terá por base documentos e relatos que marcam a construção histórica dos movimentos aos quais os sujeitos pesquisados estão inseridos, desde sua criação. Isso, na maioria dos casos, pode ser obtido através de endereços eletrônicos das organizações em questão.

Num segundo momento (linha vertical), serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes dos movimentos em questão, com o objetivo de compreender as motivações pessoais e grupais que levam ao movimento de luta, resistência e militância. Dessa forma, no cruzamento das linhas horizontais e verticais, poderemos ter pontos de encontro que nos ajudarão a compreender de forma mais aprofundada o processo de participação política através do espaço dos movimentos sociais, observando certa constância nos movimentos estudados.

O plano prevê uma entrevista com cada participantes da pesquisa, podendo ser mais ou menos, dependendo da saturação de informações na construção do “*corpus*”.

Proposta de Análise de Dados

Os filósofos hermeneutas do século XIX e XX, em especial Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, serviram de base para a tradição da hermenêutica. Essa tradição preocupa-se, fundamentalmente, com problemas de significado e compreensão, com as maneiras como o mundo sócio-histórico é criado por sujeitos cujos discursos e ações podem ser compreendidas por outros que partilham desse mundo.

Esse mundo sócio-histórico é constituído de construções significativas, ou Formas Simbólicas (FS), que, embora possam ser analisadas por métodos formais ou

objetivos, inevitavelmente apresentam problemas que exigem compreensão e interpretação. Thompson (1995), postula que para poder levar em consideração o contexto social das formas simbólicas e suas características estruturais internas, o método da Hermenêutica de Profundidade (HP) se apresenta como útil e eficaz.

O objeto de nossas investigações na pesquisa social, para este autor, é, por si só, um território pré-interpretado. Isso porque o mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado e estudado mas, além disso, é também um campo-sujeito. Ou seja, é construído por pessoas que no decurso de suas vidas cotidianas preocupam-se em compreender a si mesmos e aos outros e interpretar suas ações ou falas, assim como os acontecimentos ao seu redor.

Levar em conta as diferentes maneiras como as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto, ou a interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social, é o primeiro passo da análise. Dito de outra forma, para Thompson (1995), a Hermenêutica da vida cotidiana (doxa) é o ponto de partida do enfoque da HP.

A HP é composta por três fases: a Análise Sócio-Histórica, Análise Formal ou Discursiva e a Interpretação/Reinterpretação. As fases da HP apresentam o esquema básico sobre o qual se vai pautar a análise e interpretação desse trabalho.

Primeira fase: A Análise Sócio-Histórica busca reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das FS, que são as falas, compreensões, idéias e juízos dos sujeitos. Ela compreende o processo de identificação e compreensão das situações espaço-temporais específicas em que as FS são produzidas e recebidas; os campos de interação onde estão situadas; as instituições sociais que dão forma a esses campos; a estrutura social responsável pelas assimetrias e diferenças que ocorrem dentro dos mesmos e os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens, que estão relacionados com a regulação, produção e circulação das FS.

As idéias e expressões que circulam nos campos sociais são, ainda, construções simbólicas recheadas de complexidade, apresentando uma estrutura articulada. Por isso, exigem uma segunda fase de análise.

Segunda fase: Essa análise interessa-se pela organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações.

Após a etapa de escuta dos sujeitos e coleta do material empírico, o próximo passo é organizar esse material de forma a dar início à análise dos seus sentidos e

significados, de sua estrutura interna. Isso ocorre no segundo momento da HP, caracterizando a Análise Formal ou Discursiva propriamente dita. Existem várias maneiras de se conduzir esta análise: análise semiótica, análise de conversação, análise sintática, narrativa, argumentativa, etc. No presente caso faremos uma análise de conteúdo temática, organizando nossas informações de acordo com sua estrutura semântica (Bauer e Gaskell, 2002). Para isso, vamos utilizar o método da análise de discurso, conforme Gill (2002).

Para esta autora, a análise de discurso é uma designação dada a diversos enfoques de estudos de texto, diferenciando-se de acordo com o referencial teórico que os embasa. A análise de discurso baseia-se em quatro principais fundamentos, quais sejam: postura crítica em relação ao conhecimento dado, entendendo que nossas observações do mundo não nos revelam sua natureza autêntica; reconhecimento de que a maneira como compreendemos o mundo possui um viés histórico e cultural; compreensão de que o conhecimento é socialmente construído e o entendimento de que as maneiras de explorar o conhecimento estão ligadas à práticas, ações. Dessa forma, acreditamos que a análise de discurso seja o referencial que melhor pode dar conta desta segunda fase da HP no presente estudo.

Terceira fase: Esta terceira e última fase da HP caracteriza-se pelo exercício de reconstrução e síntese das informações ou discursos, que foram desconstruídos, quebrados e divididos pelos métodos de análise formal ou discursiva, que não procuram desvelar os padrões e efeitos que operam dentro de um FS, bem como a lógica de sua produção. A interpretação constrói sobre essa análise (como também sobre os resultados da análise sócio-histórica) possíveis significados que transcendem a contextualização das FS e sua estrutura interna, procurando um processo novo de pensamento.

Procedimentos Éticos

As atividades que envolvem a coleta e análise de dados estão integralmente comprometidas com a valorização e respeito do ser humano em sua totalidade. Dessa forma, qualquer procedimento realizado no campo de pesquisa estará submetido à informação e esclarecimento dos participantes, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo, que será lido e assinado por cada participante da pesquisa.

Este estudo não supõe outras implicações relacionadas a ética à medida em que o sigilo quanto à identidade dos entrevistados e às informações prestadas será garantido, o que não demanda cuidados com quaisquer outros riscos para os participantes.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Atividades – 2004/2005	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	E	A	E	A	B	A	U	U	G	E	U	O	E
	Z	N	V	R	R	I	N	L	O	T	T	V	Z
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Entrega do projeto - Comitê de Ética	X												
Contato e aproximação ao campo			X										
Trabalho de campo			X	X	X	X	X	X	X				
Análise dos dados						X	X	X	X	X	X		
Elaboração da dissertação									X	X	X	X	
Revisão												X	X
Divulgação													X

ORÇAMENTO ESTIMADO

Itens a serem financiados		Valor	Valor	Fonte
Especificações	Quantidade	Unitário	Total	Viabilizadora
		em R\$	em R\$	
Passagens de ônibus	50 unidade	1,55	77,50	CNPq
Fitas cassete	10 unidades (60 minutos)	3,00	30,00	
Folhas de ofício	5 pacotes (100 folhas)	3,50	17,50	
Tinta de impressora	1 cartucho	17,00	17,00	
Encadernação	3 unidades			

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG – **Associação Brasileira de ONGs**. Disponível em <http://www.abong.org.br>. Acesso em 10 out. 2004.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUARQUE, Cristina; VAINSENER, Semira Adler. **ONGs no Brasil e a questão de gênero**. In: Revista Trabalhos para Discussão, n. 123/2001, novembro - 2001. Disponível Em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/123.html>. Acesso em 13 de out. 2004.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia. **Os sentidos da Democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Disponível em <http://www.esfgabinete.com/dicionario>. Acesso em 13 de dez. 2004.

DOIMO, Ana Maria. Movimentos Sociais e Participação Política: a problemática contemporânea da ação-direta. In: Camino, Leôncio; Lhullier, Louise; Sandoval, Salvador. **Estudos contemporâneos sobre comportamento político – teoria e pesquisa**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1997.

Paulo Freire. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo – TV PUCSP. (55 minutos) Fita de vídeo. VHS, son., color., 1997.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: Bauer, Martin; Gaskell, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HADDAD, Sérgio. As ONGs e os novos direitos. **Revista Caros Amigos Especial**, nov. 2002, pg.32.

KRISCHKE, Paulo J. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MONTERO, Maritza (Org.) La participación: significado, alcances y limites. In: **Participación: âmbitos, retos e perspectivas**. Caracas: CESAP, 1996.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.63, outubro de 2002, pg.237-285.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.

WASELFISZ, Julio Jacobo et al. **Nos caminhos da inclusão social: a rede de participação popular de Porto Alegre**. Brasília: UNESCO, 2004.

POSSIBILIDADES MILITANTES NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA *

ACTIVISM POSSIBILITIES IN CONTEMPORARY LIQUIDNESS

Thaiani Farias Vinadé**

Pedrinho Arcides Guareschi***

Afiliação institucional: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Ipiranga, 6681 – Partenon – Porto Alegre/RS – CEP: 90.619-900
Endereço eletrônico: tativinade@yahoo.com.br - guareschi@pucrs.br
Financiamento: CNPq

* Este artigo encontra-se formatado de acordo com as normas da revista Psicologia Política Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (Vide anexos).

** Psicóloga, mestranda em Psicologia Social e da Personalidade pela PUCRS.

*** Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, coordenador do Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais.

POSSIBILIDADES MILITANTES NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA

Resumo: Cada vez mais múltiplas organizações (movimentos sociais, coletivos, grupos, etc.) surgem na tentativa de lutar pelas mais diversas causas que envolvem a possibilidade de ser e estar no mundo. Nessa esteira, este trabalho propõe problematizar a militância na contemporaneidade através da compreensão da liquidez das instituições e das relações no contemporâneo. Para isso, nos dedicamos a refletir sobre nossas atuais condições de existência na fluidez social que vivemos, procurando pensar sobre as possibilidades de inter-relações nesse contexto. Em seguida, realizamos um resgate sócio-histórico da militância, tentando identificar as diferentes formas que ela assume ao longo da história através dos movimentos sociais. Finalmente, propomos debater as possibilidades militantes nessa liquidez, avaliando e questionando algumas estratégias ativas e potencialmente subversivas na contemporaneidade.

Palavras-Chave: militância; sociedade líquida; movimentos sociais; psicologia social.

ACTIVISM POSSIBILITIES IN CONTEMPORARY LIQUIDNESS

Abstract: Day by day, multiple organizations (social movements, collectivity, groups, etc.) are created in an attempt to fight, through different number of reasons, for possibilities of being in (and belonging to) this world. On this track, this study suggests to problematize activism in the contemporary world through the comprehension of the liquidness of institutions and relationships in present day experience. For that matter we dedicate ourselves at discussing our present conditions of existence diluted in this social fluidity in which we live, trying to think on the possibilities of inter-relationships grounded in this context. After words, we do a social-historical rescue of activism, trying to identify the different forms it had undertaken throughout history, inside the social activity movements. Finally, we propose the debate about the activism possibilities in this fluid, fast liquidness of contemporary world, evaluating and questioning some active and potentially subversive strategies in the contemporaneity.

Key words: activism, liquid society, social movements, social psychology.

POSSIBILIDADES MILITANTES NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA

*“Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é
ainda vai nos levar além”*

(Leminski, 2002)

Por que estudar a militância hoje?

Um outro mundo cada vez mais parece imprescindível. De Seattle para cá, muitos movimentos têm acordado para a necessidade de grandes transformações sociais. Em outros tempos, tempos mais precisos e sólidos, as armas e a guerrilha seriam a saída mais interessante no enfrentamento de um inimigo tão poderoso quanto o que temos atualmente. Belicosos, atacaríamos os responsáveis pela miséria, pela desigualdade, pela impunidade, pela falta de justiça, de trabalho, pela exclusão social... Hoje, entretanto, nos deparamos com um sentimento de não ter para onde correr. Se a luta armada no Brasil foi importante num dado momento, hoje não serve mais. Ah, os partidos políticos! Durante um bom tempo foram o lugar para onde corríamos na busca de novas possibilidades, novos territórios a serem conquistados. Mas junto deles vieram os dogmas, a instituição e seus instituídos, as durezas que se mostraram tão frágeis durante a atual crise política que vive nosso país. E agora? Como e contra o que lutar?

Nosso objetivo é discutir a militância, colocando em xeque esse conceito tão utilizado desde a década de 60. Buscaremos contextualizar histórica e teoricamente a militância, compreendendo em que cenários emerge o sujeito social chamado de militante. Entendendo o fenômeno da militância como a percepção da opressão e a conseqüente mobilização dos sujeitos sociais, procuramos compreender de que forma surge a figura do militante ao longo do tempo, problematizando as formas de organização e engajamento social. Para isso, iniciaremos com uma discussão sobre a contemporaneidade e a diluição da ordem moderna, na tentativa de iluminar o terreno

que se torna fértil para a militância. A militância, contudo, não é estática em relação ao tempo e espaço. Por isso, propomos um resgate histórico para, então, discutirmos como se dá esse processo e o que é ser militante hoje. Nadando contra a maré dos imperativos do capital, pessoas ainda acreditam que seja possível construir algo em um espaço de partilha e do companheirismo. Mais do que isso: algumas pessoas só encontram nesses espaços a possibilidade de ser quem são. Alguns costumam chamá-los de “militantes”.

Estudar a militância hoje é, de certa forma, abrir espaços para a reflexão acerca das possibilidades de mudança, de transformações. O termo continua o mesmo, desde as décadas de 60 e 70: militante. Mas pensar que os chamados militantes são os mesmos de outrora é incorrer num erro ingênuo. Nossas formas de nos relacionarmos com o mundo mudam numa velocidade incrível: alternativas, novas linhas marginais surgem a cada momento, em cada esquina, em cada comunidade. A militância também se transforma a cada momento, incitada pela velocidade das novidades do mundo capitalista globalizado: tudo muda o tempo todo no mundo!

Sobre a liquidez da modernidade

A discussão sobre o tema da modernidade e da pós-modernidade tem sido um dos mais vivos e importantes debates no campo da compreensão social. Muito se discute sobre a chamada pós-modernidade. Alguns autores acreditam que vivemos, ainda, tempos modernos, que não nos libertamos de seus postulados. Isso significaria, grosso modo, que ainda estaríamos presos a idéias iluministas do século XVIII, onde o domínio da razão permitiria aos sujeitos o domínio de sua própria vida, criando condições de conhecer sua realidade e intervir para transformá-la. Outros, como Lyotard (2002), postulam que estamos, definitivamente, na era pós-moderna. Nessa concepção, a crítica

ao iluminismo traria a descrença nas metanarrativas, colocando em xeque as noções de razão e progresso, entre outras.

Outros autores ainda, como Heller e Féher (1998), compreendem que vivemos um período caracterizado por importantes críticas daqueles que questionam, interrogam e fazem um balanço das conquistas e derrotas da modernidade. Para eles, entender os fenômenos sociais da contemporaneidade como pertencentes a um movimento pós-moderno significa encarar o mundo como uma pluralidade de espaços e temporalidades heterogêneos, marcados pela multiplicidade e incerteza. Nosso objetivo não é esmiuçar ou acalantar a polêmica sobre a dicotomia entre modernidade e pós-modernidade, mas esclarecer como tomamos a questão do contemporâneo neste trabalho, para que nos sirva de suporte à compreensão da militância.

Dessa forma, amparamos nossa noção de contemporaneidade em Zygmunt Bauman, através da utilização do conceito de *sociedade* ou *modernidade líquida* (2001). Assim, tomamos a pós-modernidade como um ato reflexivo da mente moderna que, olhando para trás, critica o que vê e procura novas formas de organizar-se socialmente. Entendendo que não superamos por completo a era moderna, não podemos, entretanto, negar que muitas alterações se processaram e que vivemos neste espaço entre a modernidade e a pós-modernidade, o que talvez pudesse ser chamado de *uma nova fase da modernidade*.

Os sólidos são duros, têm formas e limites definidos. Não sofrem fluxos, retornando sempre à sua forma original. Os tempos modernos, como os sólidos, buscavam a solidez duradoura, as formas confiáveis e definidas, tornando o mundo previsível e controlável. Ah, que tranquilidade traz a previsibilidade! Ordem e progresso: o projeto da modernidade se empenhou para alcançar o tão sonhado progresso. Classificar implica segregar, separar, criando entidades distintas e postulando

as possibilidades de ser no mundo. O que se encontra fora da ordem é incômodo, anormal e ameaçador. O mundo moderno torna-se bipartido, restando apenas a ordem ou o caos. A ambigüidade, dessa forma, é inimiga. Para que a ordem e a classificação se solidificassem, tornou-se necessário lançar artimanhas modernas de naturalização, o que, excluindo a dimensão sócio-histórica das construções humanas, limitava as possibilidades de atuação dos sujeitos sociais: as coisas são assim porque assim devem ser ou porque sempre foram assim – tornar igual ou excluir! Não é difícil imaginar, então, que a tarefa da ciência seria a de ordenar o mundo, eliminando tudo que parecesse desagregado ou fora da ordem.

Como se pode imaginar, tamanha solidez impunha restrições à criação e às iniciativas. Ao contrário dos sólidos, os líquidos, assim como os gases, fluem, escorregam por entre fendas, ocupando espaços inimagináveis. Têm a capacidade de deformar-se quando submetidos a uma tensão, contornando os obstáculos. Assim, não podem ser contidos facilmente, misturando-se com outros elementos que estejam pelo caminho, encharcando e escorrendo por onde passam. Além disso, não mantêm sua forma por muito tempo: trata-se de um momento, um instante, que, para ser descrito, precisa ser “fotografado”. São extremamente móveis e inconstantes, o que lhes confere o adjetivo de leves; Assim, tomamos a liquidez como metáfora desta nova fase da modernidade (Bauman, 2001).

A modernidade líquida trata da diluição das forças que mantinham a ordem na agenda política da modernidade. Para Beck (citado por Bauman, 2001:12), a família, a classe e o bairro são bons exemplos para entendermos o que chama de “categorias zumbi”, ou seja, o derretimento da solidez das instituições que eram a base para a modernidade, mas que, de alguma forma, seguem como valores, mesmo que nostálgicos. A quebra das formas fez com que, cada vez mais, nos deparássemos, por

exemplo, com constituições familiares das mais diversas nuances. O que antes era fornecido de antemão, como modelo a seguir, hoje é construído a cada dia, entrando em contradições e tendo que recriar, a cada momento, novas estratégias de sobrevivência. A queda da grande narrativa moderna, a ruptura das verdades que forneciam consolo (apesar dos aprisionamentos) nos força a repensar nossos velhos conceitos - hoje zumbis, mortos-vivos - marcando profundas mudanças na condição humana, nas formas de subjetivação. Não somos menos modernos que antes, mas modernos de forma diferente.

O estudo de Foucault (2004) sobre o projeto Panóptico de Jeremy Bentham mostra que a sociedade panóptica esteve a serviço da modernidade: poucos controlando muitos, os limites físicos impostos pelos muros, os movimentos impedidos sob a possibilidade da vigilância cerrada, a imobilização espacial e o controle do tempo. Os vigias exerciam a dominação através da possibilidade de movimentação que as instalações proporcionavam e o domínio do tempo era o segredo dessa dominação. Hoje, na era da modernidade líquida, o poder se tornou extraterritorial, sem o limite do espaço: as ordens podem ser dadas através de um telefone celular, de qualquer lugar do mundo. Assim, próximo e distante se confundem, fundando a sociedade pós-panóptica, onde os guardas e administradores não precisam mais estar confinados às estruturas físicas pelas quais eram, de certa forma, responsáveis. Agora, nessa relação mais volátil, vemos o fim da era do engajamento mútuo: as técnicas de poder centram-se cada vez mais na possibilidade da fuga, do desvio, sem a necessidade de arcar com as responsabilidades de manter uma prisão propriamente dita. Assim é a sociedade de controle de Deleuze (1992): a crise das disciplinas, a condenação das instituições e as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre. Enquanto os confinamentos da sociedade disciplinar de Foucault são moldes, os controles são modulações que se auto-deformam

e mudam continuamente. *O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado* (Deleuze, 1992: 224).

Na contemporaneidade leve e líquida, a estratégia é mover-se, ser portátil, sem deixar-se levar pela possível sedução das coisas pesadas e, por isso, confiáveis e resistentes. O nomadismo reconquista seu espaço. O que era tomado pela sociedade moderna como primitivo e atrasado, volta a ter crédito e potência. Os nômades faziam pouco caso das conquistas territoriais, desrespeitando os esforços de demarcação de fronteiras e, por isso, tidos como agentes contrários ao progresso. A arte da fuga, por outro lado, aponta para a desintegração e o desengajamento social, que surgem como efeitos da nova leveza. O que estiver enraizado deve ser eliminado, dando espaço ao fluido e territorialmente desapegado.

De uma forma ou de outra, a modernidade trazia certa segurança que, através de sua monotonia e previsibilidade, garantia a estabilidade das relações entre os sujeitos e destes com o mundo: sabíamos como proceder, como nos comportar na grande maioria das situações. A liquidez nos força a conviver com a incerteza e com a indecisão: a única certeza é a incerteza. Se por um lado, abandonar as rígidas normas e lançar-se nas benesses da liberação traz infinitas possibilidades de ser no mundo, por outro, instala o medo e a insegurança, bem como abre espaço para a assunção de um Estado omissivo. A força centra-se, então, no indivíduo que, tendo atingido a liberdade com que sonhara (pelo menos a liberdade vinculada ao livre mercado) encontra-se, também, num estado inigualável de impotência, pois *os anéis de uma serpente* (controle) *são mais complicados que os buracos de uma toupeira* (disciplina) (Deleuze, 1992: 226).

A relação com o binômio tempo/espaço tem se modificado de forma estonteante. O que ontem era valorizado como seguro (como o império de Rockefeller e suas estradas, prédios, fábricas, etc.) hoje é dito como ultrapassado. O que vale agora é a lógica do envelhecimento, dos bens não duráveis, do efêmero e do transitório. Podemos até consumir tudo o quanto desejamos – na melhor das hipóteses - porém a satisfação é sempre relegada ao futuro, como algo sempre a ser atingido.

Mas como reagimos a tantas mudanças? De que forma essa nova fase da modernidade influencia nossas formas de organização social? Podemos pensar que a destruição das certezas, a convivência entre elementos ambíguos, a aceleração espaço-temporal, a individualização das vivências dos sujeitos, o capitalismo globalizado e a perda de referenciais estáticos impulsiona, inevitavelmente, a novas formas de organização social. Assim, a discussão sobre a contemporaneidade é importante na medida em que nos permite compreender a partir de qual contexto podemos pensar a militância de hoje: *Não há sentido em comparar sofrimentos do passado e do presente, tentando descobrir qual deles é menos suportável. Cada angústia fere e atormenta no seu próprio tempo* (Bauman, 2004: 66).

A militância como processo sócio-histórico

Entender a sociedade como um processo dinâmico e resultante de uma construção a partir de suas relações sócio-históricas, permite que compreendamos que é impossível não agir. Indo ao encontro dessa visão, Michel Löwy (2000) afirma que *no rio da história não há contempladores do rio: nós somos o rio*, ou seja, na construção histórica de uma sociedade não existem expectadores. Todos, agindo ativamente ou passivamente, contribuem para a construção de um determinado acontecimento histórico.

Guareschi (2004) diferencia os tipos de ação, baseado na qualidade da ação (positiva ou negativamente) e no efeito final visível da ação (algo acontece ou nada acontece). Assim, distingue quatro tipos de ação: aquela em que ajo para que algo aconteça; aquela em que impeço uma ação e nada acontece, e as coisas continuam como dantes; a em que permito que algo aconteça, não agindo para impedir que isso suceda; e, finalmente, a ação em que me omito, não ajo, e as coisas continuam acontecendo com suas conseqüências. Se analisarmos com cuidado essa categorização, damos conta de que, como membros e participantes de uma sociedade entendida como uma rede de relações, é impossível ‘não agir’ e que as possibilidades de ação de sujeitos e sociedades condicionam, de certa forma, sua capacidade de mudança.

Como conseqüência, podem ser identificados, ainda conforme Guareschi (2004) dois tipos de mudança. Uma primeira concepção de mudança, normalmente chamada de “reforma”, toma a sociedade a partir de um enfoque positivista e funcionalista, no qual a sociedade é o que está aí, ou seja, seu atual modo de organização. Neste sentido, podemos perceber que esta mudança executa ações e movimentos para que seja mantido o *status quo*. Numa segunda concepção, comumente chamada de “revolução”, a sociedade é entendida a partir de um enfoque histórico crítico, como sendo o resultado dinâmico das inúmeras relações estabelecidas entre sujeitos, instituições e movimentos, que estão em constante transformação, contendo em si a potencialidade da mudança que altera modos de ser e estar no mundo.

O Brasil encontra-se cada vez mais emaranhado num processo crescente de acirramento de seus antagonismos, com sua conseqüente exclusão social, inerentes ao modo de produção capitalista. Os movimentos sociais, sindicais e aliados, buscam contribuir para a constituição de novos valores para a sociedade. O cotidiano conflituoso dos cidadãos e cidadãs deste país é o grande propulsor de organizações que

buscam alternativas de vida, visto que apenas uma pequena parcela da população pode usufruir as benesses do capitalismo que, paradoxalmente, estimula a supervalorização do mundo material. Assim, sobressai-se a miséria, a violência e a falta de atendimento adequado às necessidades básicas. Os direitos humanos universais são atacados cotidianamente, deteriorando a qualidade de vida da maioria da população.

Os movimentos sociais nascem da necessidade de ir em busca do que não vem sendo garantido nem pelo Estado, nem pelas iniciativas privadas. Na contramão do movimento do capital, surgem coletivos que potencializam a força do grupo para lutar por outros valores. Os movimentos sociais são uma reação resultante de um conflito, propondo mudanças na vida social. Em função da insatisfação com alguma situação, propõem alterações que possam dar conta desses impasses. A grande maioria desses conflitos é resultante da incapacidade do Estado em atender às necessidades da população, obrigando-a à marginalidade política. Por isso os movimentos sociais possuem caracteristicamente uma relação de conflito com o Estado, estando em constante luta para fazer valer seus direitos enquanto membros de um movimento e como cidadãos. Temos, assim, duas partes em oposição: uma que deseja modificações e a outra que luta pela manutenção da situação atual.

Dessa forma, os movimentos sociais são cenários possíveis para as ações revolucionárias, que buscam transformações e propõem severos questionamentos dos modos de organização sociais. Apesar dos movimentos sociais estarem presentes em toda história da humanidade, essa temática toma forma com os movimentos reformistas dos séculos XVIII e XIX, na Europa e, depois da segunda Grande Guerra, nos Estados Unidos. Os movimentos sociais têm uma história relativamente longa. No Brasil, estes ganharam grande visibilidade nas décadas de 60 e 80. Assim, a luta dos movimentos sociais surge com a luta de classes em nome de demandas sociais básicas, como saúde,

educação e moradia, além, é claro, na luta contra o regime ditatorial brasileiro, que teve início em 1964 e prolongou-se até 1985.

Cada vez mais estudos e pesquisas têm sido realizados sobre os movimentos sociais em todo mundo, sendo alvo de atenção de diversos autores. Sobottka (2001) defende a noção de que os movimentos sociais são um conjunto de atores coletivos que se organizam e se mobilizam com o objetivo de provocar, evitar ou reverter mudanças sociais. Complementarmente, Scherer-Warren (1999) coloca que os movimentos sociais são reações aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos, lutando por um projeto de mudança, entrelaçando utopia, afeto e práticas efetivas. Heller (1993) acrescenta a articulação por forças de interesse, permitindo a emergência de sujeitos sociais coletivos. Touraine (1997) afirma que os movimentos sociais são um misto de conflito social e projeto cultural. Para Gohn (2003), os movimentos sociais são o pulsar da sociedade, expressando as energias de resistência às opressões e potencializando as energias sociais, antes dispersas, através de suas práticas propositivas. Como se percebe, os movimentos sociais são territórios de experimentação e que, através de sua possibilidade e amplitude de atuação, podemos identificar o nível democrático de cada realidade.

Os anos 60 foram marcados por grandes transformações. O maio de 68 francês, de alguma forma, condensa a intensidade de questionamentos e revoluções que se deram nessa década. O conservadorismo da época é abalado pela revolução nos costumes, com o surgimento da mini-saia, da pílula, das drogas lisérgicas e da pop-art. São tempos de apaixonadas lutas, do fervor dos estudantes que reivindicam uma outra sociedade, com outros valores e orientações. O desejo é de transformação das relações entre política e subjetividade, marcado por muitos protestos que procuravam expressar a inconformidade com o poder vigente (Coimbra, 1995). O maio de 68 demonstrava “a

grande recusa”, rechaçando o autoritarismo em todas suas expressões (burocracia, centralização de poder, tecnocracia, cientificismo, consumismo, etc.) (Marcuse citado por Coimbra, 1995: 63).

No Brasil, vivíamos tempos de ditadura, de repressão e censura. A música, o teatro e as artes em geral servem de válvula de escape para as potencialidades criadoras e subversivas. São tempos de guerrilha armada, de tortura e desaparecidos políticos, de exílio: *No que mais acreditávamos (...) era na luta armada, através do foco guerrilheiro, que chamávamos de vanguarda, ou seja, um grupo que iria montar, mobilizar, servir de catalisador para a revolução* (Garcia, 2004: 133). *Nós, quando entramos na luta, estávamos dispostos a morrer, sim. Todos estávamos, tanto que largamos tudo, pegamos em armas. Estamos vivos. Poderíamos ter sido mortos, como muitos foram* (Garcia, 2004: 137).

Em toda América Latina, os movimentos sociais ganharam visibilidade no final da década de 70, sendo que, no Brasil, isso se deve muito a sua oposição ao regime militar. Estes movimentos contribuíram sobremaneira na conquista de muitos direitos, instituídos, como a Constituição Brasileira de 1988. Na década de 70, no Brasil, com o crescente envolvimento de movimentos de base cristã, inspirados na Teologia da Libertação, as classes empobrecidas encontram na militância, através do espaço dos movimentos sociais organizados, uma alternativa de participação política. A opressão da ditadura militar serviu de alavanca para que grupos organizados lutassem em nome da democracia e do direito à cidadania. Esta é uma fase fortemente marcada pela ação militante, onde os sujeitos davam a vida em nome da causa que defendiam: *Eu sou de uma geração que era muito propícia para tomar posições. Difícil era ficar inerte, alienado, não participativo. Ou você se engajava para lutar contra alguma coisa ou a favor* (Garcia, 2004: 131).

Para alguns autores, como Michael Löwy e Robert Sayre (1995), esse período histórico pode ser chamado de “geração romântico-revolucionária”. Sob forte influência do espírito transformador de maio de 1968, a militância apresenta uma forte crítica à modernidade, ao capitalismo moderno, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno). Esta geração buscava um futuro novo, no qual a humanidade resgataria parte das qualidades e valores que perdera com a modernidade, como comunidade, gratuidade, doação, a harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida.

O romantismo dessa geração valorizava sobremaneira a prática, a ação, a coragem e a vontade de transformação, mas ia além da simples volta ao passado, lutando por um futuro de alternativas, apoiado na utopia anticapitalista, e pelo resgate de um homem novo. Che Guevara e Zapata são ícones, mestres inspiradores desta militância.

O final dos anos 80 e início da década de 90 trouxeram grandes transformações no cenário sócio-político do país. O inimigo principal, a ditadura militar, havia sido derrotado. Aos poucos, vimos o esmorecimento das manifestações de massa nas ruas e o crescimento do associativismo derivado de processos de mobilização pontuais, em oposição aos de massa de outrora. Assim, os anos 90 e a nova conjuntura política começam a imprimir importantes alterações na constituição dos movimentos sociais. Gradativamente, os movimentos sociais tornam-se mais propositivos, menos reivindicativos e mais estratégicos. A participação é compreendida através de participações periódicas e planejadas, procurando fortalecer a sociedade civil na busca da construção de uma nova realidade social (Gohn, 2003).

Atualmente, os principais movimentos sociais atuam em redes sociais, utilizando as novas tecnologias da comunicação como principal ferramenta de intercâmbio de

informações. Os movimentos de base político-partidária vão perdendo espaço, sendo este tomado por movimentos com demandas universais, mais plurais.

Os movimentos sociais da contemporaneidade lutam contra a devastação da globalização, que esmaga as culturas locais, buscando a construção de um novo ser humano, que não é apenas marionete do mercado. Além disso, estes movimentos reivindicam ética na política, exercendo um papel vigilante e chamando a atenção da população para o bem público. Quanto à autonomia, os movimentos sociais de hoje, diferentemente daqueles da década de 80, não entendem que ter autonomia é ser contra tudo e todos, dando as costas ao Estado. Ao contrário, acreditam que é preciso exercer a autonomia, sim, mas com projetos estratégicos. Atualmente, torna-se importante ser flexível, saber negociar, aliar a crítica à proposição de novas formas de agir, interferindo nas políticas públicas e apontando caminhos para a construção de uma nova realidade social (Gohn, 2003). A capacitação torna-se fundamental nesse novo cenário, o que faz com que os movimentos sociais cada vez mais invistam na formação de seus militantes, que muitas vezes chegam às universidades. Ser bem representado em fóruns, debates e nas negociações com a iniciativa pública é um novo desafio aos movimentos sociais.

No início deste novo milênio, vemos os movimentos sociais retornando à cena com novas proposições, baseadas na multiplicidade que compõe a vida social e não mais apenas na questão da luta de classes, que, cada vez mais, se mostrou insuficiente para dar conta dos complexos processos subjetivos envolvidos na militância. Atualmente, questões como sexo, crenças, valores encontram espaço nos movimentos que ainda buscam a igualdade, respeitando as diversidades culturais. Alguns exemplos são movimentos de luta pela moradia, pela reforma agrária, de recuperação de estruturas ambientais, de apoio a meninos e meninas de rua, portadores de HIV, contra a violência

urbana, étnico-raciais (índios e negros), de questões de gênero, contra a política neoliberal e os efeitos da globalização, entre outros (Gohn, 2003).

Os movimentos sociais propiciam a criação de um sentimento de pertencimento social, o que faz com que aqueles que eram excluídos possam sentir-se incluídos nas ações de grupos ativos (Melucci, 1994). As Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgem com força no cenário social, sendo um capítulo à parte na história da participação política no país. Elas passam a ter mais visibilidade que os movimentos sociais tradicionais e atuam em áreas onde a prestação de serviços do Estado é insuficiente, ou inexistente, assumindo, muitas vezes, seu lugar. ONG é um termo que passou a ser utilizado na década de 80 para designar entidades que serviam de apoio técnico e estavam a serviço de grupos e movimentos populares, inaugurando um processo de auto-estruturação da sociedade civil na luta pelo Estado de direito (Oliveira, 2004). Hoje, as ONGs englobam uma diversidade de entidades que trabalham nas mais variadas tônicas, desde as mais assistencialistas às assessorias mais críticas e emancipatórias¹.

A conjuntura modificou-se, o espaço ocupado por movimentos sociais no país também. O perfil do militante dos movimentos sociais também se alterou. O atual tipo de associativismo não demanda que os sujeitos tenham obrigações e deveres permanentes com uma organização. Diferentemente da militância político-ideológica, os militantes de hoje mobilizam-se independentemente de laços anteriores de pertencimento (Gohn, 2003).

¹ Uma sugestão sobre essa questão é o filme “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, 2005.

A militância na liquidez da contemporaneidade: para além da modernidade

As velozes e múltiplas transformações com as quais nos deparamos na contemporaneidade são essenciais para que possamos lançar um novo olhar para a militância, compreendendo-a como historicamente construída. O que faremos a seguir está longe de uma tipificação, modelização e - muito menos - de uma resposta fechada à nossa questão “o que é ser militante hoje”. O que buscamos, ao contrário, é seguir os fios que compõem a atual trama militante, sempre entendendo que essa malha se movimenta incessante e continuamente.

Revolução é uma das expressões mais corriqueiras no mundo militante. Este termo, que merece destaque, já foi tão usado, mitificado, desgastado (e até vítima da moda, por que não?) que nos parece ser útil uma reflexão sobre os diferentes significados empregados. Se recorrermos à geografia, talvez nos surpreendamos ao perceber que o termo revolução é usado para designar o movimento dos astros, remetendo a algo que permanece igual há milênios. Paradoxalmente, utilizamos este termo para designar um processo de mudança que faz com que não se volte mais para o mesmo ponto. “Revolução”, aqui, é um conceito amparado em autores como Guattari e Rolnik (1996), que afirmam que estas acontecem nos mais diversos âmbitos da vida, na cultura, na arte, nas relações afetivas e de trabalho. Trata-se de produção de história, de imprevisibilidade, de alterações profundas que não podem ser programadas e controladas por completo, como um músico que não sabe onde vai chegar no momento de composição de uma canção.

Compreender “revolução” como processo, é afirmar que se trata da produção de algo que antes não existia, algo que causa mutações no sistema social e singular. Podemos chamar de revolucionário um processo que traz o irreversível e o inédito. Mas

justamente por isso a revolução não pode se algo permanente: é um certo momento de transformação.

É importante diferenciar a chamada revolução molecular da política molar, visto que a primeira diz respeito a todos os movimentos de indivíduos e grupos que questionam o sistema de produção de subjetividade. As políticas molares são aquelas que reproduzem as palavras-de-ordem, dos processos de controle, da rigidez, de oposições binárias e maniqueístas; enquanto as moleculares são da ordem do processual, das mutações, do movimento, da incerteza, da autonomia (Guattari, 1987). Apesar de bem diferenciadas, estas são categorias que não são excludentes, pois não funcionam numa lógica de contradição, visto que os mesmos movimentos podem apresentar-se como emancipatórios e reacionários, ao mesmo tempo. Assim, para este autor, a ação militante também está sujeita à possibilidade de modelização a partir do momento em que o que é tido como “alternativa” pode, por vezes, mostrar-se igualmente opressor ao instituído, embora assumindo outro formato. Num mesmo movimento social que luta contra a exploração e opressão, podemos encontrar processos microfascistas, num nível molar. Vale frisar que, nessas categorias, não existe a pretensão dual de valoração, sendo que as problemáticas sempre se colocam nos dois níveis; não estamos tratando em termos de bom e mau.

Bey (2004) tem uma postura enfática em relação à revolução: precisamos parar de esperar por ela e, ainda, de desejá-la. Ele desconfia da revolução, pois afirma que sempre após esta o Estado, onipresente e todo-poderoso, retoma sua força, tornando-se mais poderoso e opressor do que antes. Para ele, as revoluções não levaram à possibilidades reais de mudança, bem como a cultura anarquista, em nosso momento histórico, não dá conta dessa questão, visto que os instrumentos do Estado são muito mais poderosos do que os dos coletivos que lutam por uma sociedade livre. Assim,

propõe a ZAT (Zona Autônoma Temporária) que, segundo ele, é uma espécie de rebelião que não propõe o embate direto com o Estado, ocupando áreas singelas e, sem ser alvo do espetáculo, tem seu trunfo na invisibilidade. O objetivo não é a solução permanente, mas o incentivo de irrupções temporárias. Nesta máquina de guerra nômade, a tática é ocupar, temporariamente, as fendas, atacando as estruturas de controle e as idéias na busca de um microcosmos do sonho anarquista de uma cultura de liberdade, de uma psicologia de libertação. Acreditamos que as idéias de Bey podem auxiliar na crítica aos modelos românticos de militância, que, muitas vezes, encontram-se muito vinculadas a um momento sócio-histórico passado e, justamente por isso, se tornam ineficientes nas lutas de agora.

Não podemos mais pensar naquela grande e concisa revolução moderna: as coisas não vão se transformar em blocos sólidos, numa revolução à moda antiga. Sonhar com uma revolução meteórica nos torna seres paralisados frente à impossibilidade de realização desta. Na liquidez em que vivemos, parecem mais possíveis as revoluções do cotidiano. Hoje, os obstáculos são outros na luta pela democracia e pela igualdade social. Dar a vida por uma causa, largar família, profissão e estudo, não parece ser o caminho preferível – ou efetivamente possível. Apesar de ainda ser necessário lutar por necessidades básicas (como a luta pela terra e pela moradia) fica claro que são necessárias estratégias sofisticadas para o embate com o Estado, com a mídia, com o império:

“Não esperem”, diz Kant, “que este acontecimento consista em grandes gestos ou crimes importantes cometidos pelos homens, após o que, o que era grande entre os homens se tornou pequeno, ou o que era pequeno se tornou grande, nem em edifícios antigos e brilhantes que desapareciam como que por mágica enquanto que em seus lugares surgiriam outros vindos das profundidades da terra. Não, nada disso. (...) Prestem

atenção, não é nos grandes acontecimentos que devemos procurar o signo rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso; é em acontecimentos muito menos grandiosos, muito menos perceptíveis” (Foucault, 1984: 107).

Alguns autores, como Löwy e Bensaïd (2000), acreditam que vivemos uma época de desencantamento do mundo. A redução dos valores, qualidades e das relações sociais ao mercado feita pelo capitalismo afogou os sentimentos humanos, jogando os cidadãos ao individualismo exacerbado. A jaula de aço criada pela modernidade capitalista só pode ser quebrada com o martelo encantado do romantismo revolucionário. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é trazido como um exemplo de possibilidade de reencantamento do mundo, de fazer as pessoas sonharem. Movimentos sociais como estes são portadores de utopia, poesia, romantismo, entusiasmo, de mitos e magias (Löwy, 2000-2). Como preservar a poesia e a magia sem tornar-se nostálgico ou saudosista de uma militância que não cabe mais no cotidiano de agora?

A militância, como construção social, impregnou-se dos pressupostos modernos, configurando-se, durante muito tempo, de modo pesado, sólido, condensado e sistêmico. Neste mundo líquido, é clara a necessidade de novas formas de inserção política que contemplem a leveza com que as relações sociais se dão: fluidas, difusas, em rede. A militância de outrora não suportava a ambivalência, a ambigüidade e a instabilidade. Hoje, se vê forçada a escorregar por entre as fendas que o sistema deixa abertas por descuido, fazendo desse encharcamento sua principal arma. As forças de resistência não são mais articuladas de forma sistêmica, mas em rede, o que pressupõe momentos de contato intercalados com momentos de movimentação a esmo (Bauman, 2004). Militar, hoje, é buscar alternativas para lidar com as incertezas da vida e as angústias decorrentes, criando comunidades que busquem romper com a lógica *cada*

um por si do capitalismo neoliberal. São necessárias novas ferramentas para que a fluidez não se coloque apenas como barreira, mas, também, como novas aberturas, para além do paradigma moderno, que pautou o socialismo e o marxismo que, supostamente, substituiriam, de forma organizada, o capitalismo desorganizado.

As possibilidades militantes da contemporaneidade precisam se libertar dos pressupostos modernos, onde a rigidez, a definição e caráter contínuo se impõem e criam barreiras duras e intransponíveis. Militar, hoje, pressupõe compreender que os movimentos sociais não estão num vácuo do capitalismo neoliberal. Estão imersos nessa condição atual e é de dentro que precisam lutar e resistir. O militante do contemporâneo aprende que é preciso fazer a revolução dia a dia, criando movimentos vertiginosos diários que criem possibilidades para que se construa um mundo diferente no cotidiano das pessoas. Não há um modelo a seguir, uma cartilha que indique os caminhos. As lutas de classe não dão mais conta da multiplicidade de necessidades e desejos com os quais lidamos atualmente.

A militância, a capacidade de agir e não colocar-se inerte frente às opressões de regimes que achatam as subjetividades, segue sendo um importante fator de análise das sociedades contemporâneas, um sinal de potência. Para isso, os caminhos são múltiplos, rizomáticos, desprovidos de linearidade. É preciso experimentá-los e colocar-se aberto às potencialidades que a incerteza líquida pode proporcionar.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. (2004). Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BAUMAN, Z. (2001) Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BEY, H. (2004). TAZ – Zona Autônoma Temporária. Coletivo Sabotagem.

COIMBRA, C. (1995). Os caminhos de Lapassade e da análise institucional: uma empresa possível? Revista do Departamento de Psicologia – UFF. V. 7, n. 1, 52-80.

DELEUZE, G. (1992). Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FOUCAULT, M. (2004) Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (1984) O Dossier: Últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taururus.

GARCIA, J. C. B. (2004). O início da militância política. In: BIZ, O. (Org.) Sessenta e quatro pra não esquecer. Depoimento dado em 5 de agosto de 2004. (pp.131-142). Porto Alegre: Literalis.

GOHN (2003) (Org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes.

GUARESCHI, P. A. (2004). Psicologia social crítica como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS.

GUATTARI, F. (1987). Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1996). Micropolítica – Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

HELLER, A. (1993). Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HELLER, A.; FÉHER, F. (1998). A condição política pós-moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KUSHNIR, B. (2002). Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975). In: KUSHNIR, B. (Org.) Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil. (pp. 215-244). Rio de Janeiro: Imago.

LEMINSKI, P. (2002). Paulo Leminski – Seleção. São Paulo: Global, Coleção Melhores Poemas.

LÖWY, M. (2000). Ideologia e ciência social. São Paulo: Cortez.

LÖWY, M.; BENZAÏD, D. (2000). Marxismo, modernidade e utopia. São Paulo: Xamã.

LÖWY, M.; SAYRE, R. (1995) Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes.

LYOTARD, J. (2002). A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio.

MELUCCI, A. (1994) A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, M. D. (2004, 13 de outubro de). ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil. Acessado em 13 de outubro de 2004, de www.rits.org.br/ongs.

SCHERER-WARREN, I. (1999). Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec.

SOBOTKA, E. A. (2001). A utopia político-emancipatória em transição – Movimentos sociais viram ONGs que viram “terceiro setor”. Não publicado. Trabalho apresentado no I Seminário regional de Pedagogia Social e Práticas Sociais, promovido pela Unicruz, Ibirubá-RS.

TOURAINÉ, A. (1997). Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes.

**INVENTANDO A CONTRA-MOLA QUE RESISTE:
UM ESTUDO SOBRE A MILITÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE***

**CREATING THE RESISTANT OPPOSING SPRING: A STUDY ON SPIRIT
MILITANCY IN THE CONTEMPORANEITY**

Thaiani Farias Vinadé**

Pedrinho Arcides Guareschi***

Afiliação institucional: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Ipiranga, 6681 – Partenon – Porto Alegre/RS – CEP: 90.619-900
Fone: (51) 3320.3633 – ramal 222
Endereço eletrônico: tativinade@yahoo.com.br - guareschi@pucrs.br
Financiamento: CNPq

* Este artigo encontra-se formatado de acordo com as normas da revista *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Vide anexos).

** Psicóloga, mestranda em Psicologia Social e da Personalidade pela PUCRS.

*** Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, coordenador do Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais.

INVENTANDO A CONTRA-MOLA QUE RESISTE: UM ESTUDO SOBRE A MILITÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Resumo: Este artigo procura problematizar a militância na contemporaneidade a partir de entrevistas realizadas com militantes de movimentos sociais. Discute as possibilidades de construções militantes na atualidade a partir do conceito de modernidade líquida, que nos auxilia na compreensão das possibilidades de ser e estar no mundo, e da idéia de invenção, que busca a desconstrução das evidências do senso comum, deixando de entender os objetos de estudo como naturais ou permanentes, compreendendo-os, porém, como transitórios e construídos. Buscamos, assim, produzir este estranhamento com a questão da militância para que os olhares e as perspectivas de sua compreensão da militância sejam ampliados para além de estereótipos e pré-conceitos.

Palavras-Chave: militância; movimentos sociais e subjetividade; modernidade líquida.

CREATING THE RESISTANT OPPOSING SPRING: A STUDY ON SPIRIT MILITANCY IN THE CONTEMPORANEITY

Abstract: This paper aims at problematizing the spirit of militancy in contemporaneity, studying interviews performed with several social movement activists. It discusses the possibilities of militant activity development in present times, after the concept of liquid modernity, which will help us to comprehend the possibilities of being and belonging in the world; and the idea of invention, that searches the deconstruction of all common sense evidences, preventing to understand the object studies as natural or permanent, and understanding them as ephemeral and to be built. We search, this way, to build this discordance with the question of spirit militancy so that the considerations and the perspectives of its comprehension could be enhanced far beyond the stereotypes and preconceptions.

Key words: spirit militancy, social movements and subjectivity, liquid modernity.

**INVENTANDO A CONTRA-MOLA QUE RESISTE:
UM ESTUDO SOBRE A MILITÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE¹**

*“O jeito é criar um novo samba
sem rasgar a velha fantasia”*

(Rumo dos Ventos - Paulinho da Viola)

O surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o incremento das ações do terceiro setor, a omissão cada vez mais extrema do Estado nas questões mais básicas do cotidiano dos cidadãos e, principalmente, o fato de ainda ouvirmos muito falar em militância, fez com que nos questionássemos sobre o que é ser militante hoje. Para potencializar essa discussão, não procuramos, neste artigo, definir um conceito de militância. Nosso objetivo é tomar distância de nosso objeto, qual seja, a militância, para que possamos estranhá-lo e trabalhá-lo como um operador que produz um deslocamento e uma desestabilização. Esperamos, com isso, contribuir para as reflexões sobre as atuais possibilidades de participações militantes, compreendidas a partir do olhar da psicologia social.

Procuramos traçar nessa discussão uma cartografia que não se propõe a buscar uma verdade sobre a questão estudada, mas problematizá-la, colocá-la em análise, tomá-la como uma questão em aberto, que está em constante mutação. Inventar a militância, como coloca Silva (2005) implica desconstruir a expectativa de descobrir algo preexistente, criando a “necessidade de pensar *outramente*, de produzir um estranhamento naquilo que é tido como natural e evidente” (p. 9). Este texto procura aproximar-se de uma fotografia, como tal, momentânea, que precisa sempre ser contextualizada e reatualizada (como muitas coisas, aliás, em nossa modernidade líquida e fugaz), como diz Bauman (2001).

Vivemos num mundo com fronteiras extremamente tênues, difusas. Não temos mais metanarrativas que amparem nosso modo de ser e estar no mundo: nossas certezas escorregam pelo ralo. Os estereótipos já não nos servem para muita coisa. Se em outros tempos (ao menos achávamos que) sabíamos quem era gay, ladrão, prostituta ou qualquer outra dessas categorias pré-concebidas, hoje já não temos parâmetros tão óbvios: a prostituta pode ser a universitária simplória, o ladrão o rapaz de terno e gravata e o gay pode ser o empresário bem sucedido. Se antes sabíamos quais eram os bairros perigosos e violentos e quais eram aqueles em que podíamos transitar com tranquilidade, hoje já não podemos identificar onde se localiza a violência. Se antes um trabalhador permanecia por 20 anos numa mesma fábrica, hoje precisa estar constantemente se atualizando e correndo atrás de possibilidades face à flexibilidade do emprego. A ordem e a disciplina, tão valorizadas pela modernidade, não dão mais conta de intermediar nosso relacionamento com o mundo contemporâneo. Não podemos mais contar com parâmetros rígidos, bem definidos, claros e constantes: nossos valores não têm sentidos fixos.

Nesse contexto, a militância também precisa ser revisitada. Quando falamos em militância, muito provavelmente o leitor formará a seguinte imagem em sua cabeça (ou algo que não fique muito longe disso): um homem, barbudo, jovem, sisudo, que só fala de política em todos os momentos da vida, que não relaxa, não tem vida social e familiar, de chinelo de dedos e sem muita preocupação com a estética (mesmo sem abrir mão de uma camiseta com a foto de Che Guevara).

Mas será que podemos considerar este o retrato dos militantes de hoje? Acreditamos que não. De certa forma, a queda das grandes narrativas abriu o leque de possibilidades de subjetivação, ampliando espaços de multiplicidade, bem como de provisoriedade. A militância não fica de fora dessas mudanças da contemporaneidade.

Não podemos mais contar com a existência de uma identidade militante como uma unidade fixa. Não que ainda não vejamos os velhos protótipos circulando por aí, mas hoje, vemos senhoras de classes abastadas denominando-se militantes, bem como alguns militantes dos anos 70 trabalhando para governos de direita para proverem seu sustento. Precisamos, como psicólogos sociais, repensar a militância para que não corramos o risco de cristalizar nossas práticas com base em velhas e obsoletas categorias de análise. Guattari (1987) escreveu que é preciso desconfiar sempre de nossas categorias e é com esse desafio que enfrentamos a questão da militância neste trabalho.

Nossos tempos são de globalização, onde não há um lugar no qual não possamos acessar a internet e, com ela, nos *plugarmos* no mundo. As tecnologias mudaram nossa relação tempo/espço e, assim, nossa conexão com o mundo e com os outros. Temos mais possibilidades de conhecer diferentes culturas, realidades, pessoas: a diversidade invadiu nossas vidas. Ao mesmo tempo, passamos muito mais tempo trabalhando – quando encontramos essa possibilidade - e nossos males têm a ver com o stress e a depressão, oriundos da solidão e do individualismo de nossos tempos. Esse jeito de nos relacionarmos com e no mundo de hoje serve de pano de fundo, de cenário para o palco dos movimentos sociais e da militância.

Este artigo apresenta a reflexão que realizamos sobre a temática da militância a partir de histórias militantes¹. A partir da análise das entrevistas realizadas, chegamos a dez grandes temas, que sintetizamos em dois grandes vetores, com os quais trabalharemos neste texto. O caminho que propomos ao leitor para que possamos pensar

¹ Para a realização desta pesquisa, realizamos entrevistas narrativas com pessoas com histórias militantes que faziam parte de diferentes movimento sociais e ONGs, quais sejam: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Associação de Hip Hop do Vale dos Sinos (AHVS), Programa de Redução de Danos de Porto Alegre (PRD), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual e Grupo Tortura Nunca Mais. A análise das entrevistas realizadas foi fundamentada pelo nosso problema de pesquisa, qual seja, como se dá a militância na contemporaneidade e sustentada pelo aporte teórico com o qual escolhemos dialogar.

e contextualizar a militância hoje se dá, então, a partir destes dois vetores de análise que atravessam a construção militante no contemporâneo. Num primeiro momento, apresentamos o vetor que chamamos de “*já chega de gente acomodada!*”, no qual trabalhamos as questões que envolvem o engajamento na luta, a formação dos coletivos, as histórias de vida militantes e as paixões que estão imbricadas nesses processos. Em seguida, a partir do segundo vetor de análise chamado de “sobre a *panela de pressão*”, procuramos esquadrihar as questões paradoxais que se impõe à vivência militante na contemporaneidade. Por fim - sem a pretensão de concluir – nos propusemos a trilhar os possíveis caminhos militantes de hoje, propondo um mergulho na compreensão de nosso objeto de análise.

“Já chega de gente acomodada!”

Apesar de não tratarmos da militância como um acontecimento individual, percebemos que esta tem uma importante ligação com as histórias de vida de cada um, sendo uma possibilidade de reação e uma alternativa em busca da autonomia e cidadania. Muitos sujeitos com história de militância falam sobre suas vidas, tomando a família como sua origem e criação, fazendo conexões disso com os motivos que os impulsionaram à militância: “*Minha mãe sempre falava assim, ó, ‘tu tem que ser o melhor, porque lá fora o mundo é dos brancos’*”.

A construção de uma nova sociedade passa pela realização e pela construção do homem particular, pela subjetividade, pela singularidade dos militantes. Militantes produzem e são produzidos pela militância continuamente, o que faz com que não possamos esmagar e dicotomizar a dimensão individual e subjetiva dos processos coletivos: “*Dentro da redução de danos eu consegui encontrar uma maneira de consertar aquilo que eu fiz na minha própria vida e poder ajudar as pessoas também*”.

A militância surge na vida das pessoas como uma via possível de exercer-se como sujeito, de ser o que se é. Pessoas com histórias de militância mostram que não encontram espaço no mundo para serem quem são, buscando no movimento social e na militância um território onde isso seja possível. Talvez esse seja o elemento disparador, a mola propulsora de todo envolvimento, do engajamento que mobiliza à reflexão e à contestação do *status quo*. De alguma forma os sujeitos se percebem impedidos de serem quem são (sem-terra, marginalizado, homossexual, usuário de droga, negro, mulher), sentindo-se oprimidos por um sistema carregado de preconceitos, estigmas e exclusões. São essas afetações na carne, pungentes, que incitam a busca de transformações através da luta: *“O que te satisfazia antes, fica completamente insuficiente. Esse caminho da passagem de um certo tipo de vida para outro é feito de se reconhecer e reconhecer sua posição no mundo e tentar agir de acordo com isso que você vai percebendo”*.

O movimento de perceber-se diferente e sem lugar, do qual falam as pessoas com histórias militantes - o que possibilita que as pessoas se envolvam e participem de grupos, coletivos e movimentos - tem muito a ver com a insuficiência do Estado frente à questões de necessidades básicas. O Estado mínimo não tem condições de prover uma qualidade de vida razoável aos cidadãos, que não mais apostam neste Estado para dar conta de suas demandas. Misture-se a isso uma sociedade capitalista pautada em valores competitivos, individualistas e preconceituosos e temos o que um militante chamou de *“uma pulga atrás da orelha”*. Essa pulga age forçando os sujeitos a refletirem sobre suas condições de vida, produzindo questionamentos, inquietações, incomodações e revoltas, que, aliadas à paixão, abrem caminho para o engajamento em uma causa. A desacomodação aparece nos relatos de militantes como um pré-requisito implícito para a militância. A partir do momento em que determinadas dúvidas e reflexões começam a

ganhar espaço em si, a vontade de transformar as relações aumenta e se torna praticamente impossível não engajar-se: *“Eu tinha 15 anos quando comecei a participar das reuniões da pastoral da juventude (...) e comecei a me dar conta que eu era uma sem-terra”*; *“Eu não vou desistir de mudar as coisas do jeito que elas são (...) Eu não quero me acomodar. Já chega de gente acomodada”*; *“Essa é a pulga atrás da orelha, é reconhecer o sofrimento acumulado e recusar falsos consolos”*.

A concepção de uma identidade militante, aqui, é tomada a partir de uma multiplicidade que perderia muito de sua riqueza se fosse tipificada. Entretanto, existem elementos de identificação que, mais ou menos, se mantêm e mantêm a possibilidade de coesão do grupo. O coletivo, o movimento social aparece como um lugar de acolhimento das angústias e revoltas partilhadas. Os militantes atribuem grande valor aos iguais, isto é, mostram que é importante estar entre pessoas que têm as mesmas aspirações e desejam lutar pelas mesmas causas: *“Uma coisa que me atraía neles era uma certa harmonia, um certo companheirismo, uma coisa que contagiava (...) a gente se sentia acolhido (...) vi que eu podia viver num grupo onde a gente podia se ajudar”*.

Outra questão diz respeito ao título de *militante*. Em nenhuma das entrevistas realizadas nomeamos as pessoas ou as atividades realizadas dessa forma. Entretanto, todos os sujeitos se intitularam militantes. Tínhamos receio desta nomenclatura por ter uma forte referência de caráter militar a partir de sua etimologia; justamente por isso, optamos por não assumi-la de antemão. Entretanto, fica evidente que este é um termo amplamente utilizado, perdendo a conexão com a origem etimológica.

O termo “militância” parece desgastado, tendo sido ligado a uma infinidade de movimentos e lutas. Identificar-se como militante tem forte ligação com a dimensão de “entrar de cabeça na briga”, como se o termo ganhasse sentido no suor da luta. Para Baltazar (2004), a identidade militante acontece quando o fazer militante existe, quando

a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa identidade, reafirmando-a. A autora destaca a militância como parte dos processos psíquicos dos sujeitos, sendo uma participação política engajada, crítica, que busca novos valores para uma nova sociedade: *“Militância é isso, você tem que ter conhecimento teórico daquilo que você tá militando, mas também tem que ter paixão, você tem que gostar, tem que dar suas horas”*; *“Eu sou redutor de danos 24 horas por dia (...) Por isso me considero um militante, porque eu tô vivendo isso o tempo todo, não só como profissional”*.

Existe um cuidado em manter o foco da luta na causa com a qual os sujeitos militantes estão envolvidos. Por fazerem parte de movimentos, organizações, precisam ficar constantemente atentos para que não se tornem militantes de uma determinada entidade, o que acabaria por deixar a causa em segundo plano. Essa percepção supera o reducionismo que muitas instituições estimulam: *“A gente não pode ser militante de uma organização. Eu não sou militante de uma organização, eu sou militante de uma causa. A causa persiste e é superior à organização”*; *“Eu não tenho partido nenhum, mas eu tenho uma causa, que é ajudar essas pessoas excluídas a acessarem seus direitos de cidadãos”*.

A distância entre teoria e prática é algo que mobiliza os militantes. Fica claro que há uma preocupação com a ação concreta, com que a luta não se perca no discurso, nas palavras. Militar é agir, sendo a militância um território onde mais do que as palavras, o que realmente importa são os atos (GUATTARI, 1987).

Contudo, há, também, a idéia de que a construção da ação é um processo trabalhoso, pois as forças contrárias às causas pelas quais lutam, em nossa sociedade, são poderosas e, muitas vezes, podem acabar por minuar as ações ou até levar alguns militantes a desistirem: *“Eu fico até incomodado de dizer essas coisas que eu acredito,*

que eu acho que são corretas, mas que eu vou sair daqui e não vou conseguir fazer essas coisas (...) Muita gente regride, desiste, abandona”.

A heterogeneidade que permeia o mundo da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), propicia uma pluralização da pessoa, onde os processos sociais pelos quais passamos fazem com que tenhamos múltiplas identificações, superando a lógica da identidade da modernidade (sexual, profissional, ideológica, etc.) (MAFESOLLI, 2005). Dessa forma, poderíamos entender a militância como uma possibilidade de identificação política que precisa estar em constante reconstrução para dar conta da multiplicidade de demandas do contemporâneo.

O encontro de fluxos heterogêneos não resulta na invenção de um si e de um mundo, em constante transformação (DELEUZE, 1977). Ao encontro dessa idéia, Kastrup (1999, p. 187) nos auxilia quando retoma o conceito de agenciamento:

Não se trata de relação sujeito-objeto: o conceito de agenciamento vem justamente oferecer uma saída para as dificuldades de pensar por meio das categorias modernas, dentre as quais se colocam as de sujeito e de objeto. Pensar em termos de agenciamento é, nesse caso, uma alternativa para superar a categoria de intencionalidade, pois não se trata de uma direção da consciência ou da cognição para algo fora dela, que teria a forma de um objeto.

A valorização é um fator importante para os militantes. Trata-se do reconhecimento de seu valor, de suas potencialidades, que pareciam não ter espaço e visibilidade fora do coletivo organizado. A inserção no movimento agrega aprendizagens, possibilitando contato com situações que, em outra condição, não teriam acesso. A militância é compreendida como território de aquisição, de crescimento pessoal e profissional. Neste, os militantes dizem aprender mais sobre relações interpessoais, sobre grupos, política, sobre o mundo em geral: *“As pessoas me tratam com o maior respeito (...) Eu me sinto super importante quando, por exemplo, a Escola de Saúde Pública me chama para falar sobre redução de danos num curso (...) Minha auto-estima se eleva bastante”.*

Sobre a “*panela de pressão*”

Este item procura, como trouxemos anteriormente, abrir espaço para o paradoxo. Aqui, procuramos trabalhar aquelas questões que aparentemente são contraditórias na militância. Entretanto, como não estamos trabalhando com uma lógica “ou, ou” - mas “e, e” – acreditamos que as questões apresentadas a seguir carregam em si a riqueza do processo de construção da militância no contemporâneo, trazendo os elementos da provisoriedade da contemporaneidade que discutimos acima.

A relação dos cidadãos com o Estado é um dos principais pontos de tensão da militância hoje, ficando evidente a partir das críticas que os militantes fazem à postura deste frente às questões pelas quais lutam. O Estado é percebido como omissos e insuficiente, jogando para os movimentos sociais, ONGs e outras entidades a responsabilidade pelas ações de transformação da realidade. O Estado e suas políticas públicas de segurança, saúde, cultura e educação é incapaz de fornecer respostas às reivindicações da população e os movimentos sociais são procurados na tentativa de que possam dar algum ar aos que se sentem asfixiados: *“Ninguém se reúne, como grupo social, se não tem uma necessidade”*.

Os militantes acreditam que os movimentos sociais têm mais condições de exercerem sua autonomia enquanto grupo, tomando decisões, criando suas regras e estratégias próprias. É dessa forma que inicia-se um processo de agenciamento coletivo para a obtenção do que lhes é negado pelo Estado (CRUZ, 1998). Entretanto, ao mesmo tempo em que os movimentos reagem à omissão do Estado, sendo seus principais críticos, vemos que hoje muitos movimentos necessitam desse mesmo Estado para se manterem economicamente. Dependem economicamente de financiamentos públicos, o que, de alguma forma, requer certa sintonia com a gestão que está no poder municipal, estadual ou federal, é problemático. A militância depara-se, assim, com uma questão

fundamental, qual seja, como manter seu papel crítico e autônomo na medida em que precisa, de certa forma, estar em sintonia com o Estado para viabilizar-se financeiramente?: *“O movimento social, quando não tem uma discussão e autonomia, vai reivindicar um estado paternalista (...) Isso não quer dizer que não haja possibilidade de fazer parceria, de financiamento público, mas tem que saber muito bem até onde tu podes ir, não substituir o estado, que é o que muitas ONGs fazem e o que o estado exige”*.

Para que as condições ideais ao capitalismo atual sejam incentivadas, temos uma sociabilidade contemporânea baseada no individualismo (OLIVEIRA, 2004). Os sujeitos encontram cada vez mais dificuldades de socialização, remetendo ao paradoxo de que “quanto mais amplo o universo de referências em tempos de globalização, mais sozinhas as pessoas se encontram” (OLIVEIRA, 2004, p.153). Vemos sujeitos ensimesmados, com laços enfraquecidos e, dessa forma, suscetíveis à captura da cultura narcísica, de consumo da mídia. A militância surge como uma força de resistência que busca potencializar as subjetividades em torno de objetivos coletivizados, procurando no grupo a superação da cultura capitalista baseada em valores individuais, permitindo a cooperação invés da competição.

O coletivo é almejado na medida em que os sujeitos percebem que na partilha poderão construir territórios de cooperação que efetivamente tenham força. Os espaços individuais parecem ser inócuos e são vistos como alimento para a situação de marginalidade. Fica claro que há uma opção (às vezes mais ou menos consciente) por determinados valores em detrimento de outros. Todos os sujeitos possuem determinadas cosmovisões, ou seja, possuem valores e condutas que refletem determinados tipos de relação e construção social (GUARESCHI, 2004). Nessa perspectiva, podemos dizer que a militância busca o “comunitarismo solidário”, apostando na força da comunidade,

na cooperação e na participação engajada (GUARESCHI, 2004). Coimbra (2004) aponta o exemplo do Movimento Zapatista, do México, onde o rosto coberto pelas toucas de lã, que chamam de ‘pasamontañas’, simboliza a luta coletiva, contra a individualização, procurando mostrar que a força não tem rosto, não é personalizada, mas permeia a coletividade: “se querem saber que rosto há por trás da máscara, é muito simples, peguem um espelho e se olhem” (sub-comandante Marcos, in Huerta, apud COIMBRA, 2004, p. 138): “*O que me faz permanecer no movimento é ver um brilho no olhar das pessoas quando se dão conta de que quando elas se juntam elas se sentem fortes*”.

Os militantes certamente assumem um desafio importante ao buscarem a organização coletiva, deixando claro os paradoxos envolvidos nesse processo. Ao mesmo tempo em que apostam no grupo como uma alternativa para “fazer acontecer”, têm que conviver com as disputas e preconceitos internos ao movimento, além das divergências em relação à compreensão das lutas. Fica claro que a luta é pela autonomia, mas que as práticas paternalistas, tão presentes num sistema capitalista como o nosso, influenciam diretamente as estratégias dos movimentos sociais. Além disso, a existência de uma rivalidade entre diferentes movimentos que lutam pela mesma causa mostra a dificuldade de composição de rede, deixando de fortalecer a luta em nome de rixas grupais. Problematizando essa questão, a pesquisa de Baltazar (2004) mostra com clareza as disputas de poder e espaço na militância. Se antigamente os movimentos sociais disputavam com a direita, hoje disputam entre si, gerando um clima de desconfiança em valores como a ética e a democracia. A parceria e a cooperação não podem ser entendidas fora do contexto em que se constroem: o da competição e do individualismo. Mesmo lutando por outros valores, os militantes vêem seu cotidiano ser permeado por disputas e rivalidades: “*Mas essa construção de ser humano não é algo,*

assim, romântico (...) Ao contrário, é uma panela de pressão permanente (...) Os conflitos indivíduo/coletivo estão latentes”.

Em outros tempos, tempos de maior rigidez, tempos de solidez, os sujeitos encontravam-se presos a um sujeito/modelo definido: dentro da lógica binária do ou/ou, há a necessidade de uma definição que durasse o maior tempo possível. Trata-se, de certa forma, de um achatamento subjetivo. Hoje, em tempos de maior liquidez, não é assim. Existem mais espaços de maleabilidade das subjetividades, que permite que os sujeitos experienciem diferentes posições sem que isso seja sinônimo de contradição: é a possibilidade da lógica e/e.

A relação da militância com a mídia assume um papel importante na articulação das ações dos militantes. Os movimentos sociais com os quais tivemos contato trazem o conflito que vivem na relação visibilidade *versus* captura. Hoje, em nosso país, especialmente, convivemos com um monopólio da mídia, onde meios de comunicação eletrônicos (como rádio e televisão), embora tenham massiva difusão em todas as camadas sociais e, em tese, sejam de domínio público, estão nas mãos de algumas famílias e de políticos poderosos. Assim, o que é veiculado ou não (e mais, *como* é veiculado) fica a cargo de poucos, que obviamente procuram defender seus interesses, mesmo que para isso precisem deturpar algumas notícias. A informação é a moeda do milênio e que quem controla os meios de comunicação detém o poder (GUARESCHI & BIZ, 2005). Na mesma esteira, Thompson (1995) afirma que os novos meios técnicos modificam as relações sociais. Para ele, estes criam novas formas de ação e interação, reestruturando as relações sociais existentes, bem como as instituições e organizações das quais fazem parte.

Na militância, a relação com os meios de comunicação é conturbada. Por um lado, os movimentos desejam e lutam por espaços na mídia, entendendo que sua causa

precisa se tornar pública, ser socializada com a sociedade para que esta se sinta provocada a pensar sobre as questões que trazem. O sucesso dos movimentos depende, em parte, da sua visibilidade. Acreditam que é importante que a população discuta o que propõem, pois a mudança depende do conjunto da sociedade: a luta ganha legitimidade quando é reconhecida pela sociedade. Assim, por ser de grande alcance, a mídia se mostra como o instrumento mais eficiente de divulgação das causas defendidas pelos militantes: *“Pra muita gente, se tá fora da mídia, não existe. Tem que dar essa projeção, sim”*; *“Não vejo como elevar o nível de consciência das pessoas se não tivermos em mãos mecanismos como o da televisão, para fazer novelas com outros objetivos, por exemplo. Como é que 80 milhões de brasileiros sentam na frente da televisão pra ver uma novela?”*.

Por outro lado, a mídia no Brasil é controlada, como já dissemos, por interesses específicos de pequenos grupos que defendem suas idéias, o que pode fazer com que idéias sejam ressaltadas ou ocultadas. Os movimentos já tiveram ou temem ter suas idéias deturpadas pelas notícias, o que acaba se voltando contra o movimento. É nessa relação paradoxal, entre a visibilidade e a captura, que os militantes cambaleiam, sem ainda saberem qual a estratégia mais interessante para conseguirem seus objetivos.

Outra problemática que a mídia carrega consigo é a maneira com que trata os movimentos sociais, minimizando, muitas vezes, o aspecto combatente da luta e colocando-a numa embalagem aceitável para transformá-la num produto vendável:

“As bichas adoram a mídia e ao mesmo tempo questionam a mídia (...) Demos um grande salto de qualidade e visibilidade (...) Mas tem outro aspecto, que a gente não pode desconsiderar, que nós também somos um produto da mídia, nós também damos Ibope (...) A gente também é um produto que pode ser consumido, de alguma forma eles ganham alguma coisa nesse sentido”; *“Eu acho que o principal mecanismo*

que a burguesia tem hoje para nos fazer parar são os meios de comunicação, que vão criando um estigma contrário aos sem-terra, à luta pela reforma agrária. Hoje nós estamos numa asfixia (...) a gente tem muito pouco controle sobre isso”.

As relações de gênero, quando aparecem nas histórias de militância, mostram-se limitadas às questões de papéis sociais. Conforme Strey (1998), o poder social ainda é identificado com atributos masculinos. Nos movimentos sociais, embora lutem pela igualdade de direitos, isso não é diferente. As mulheres ainda ocupam papéis de relevância diminuída nas discussões políticas. Em nossas entrevistas, a questão de gênero ganhou espaço, inclusive no movimento que tinha essa temática como foco de ação: *“Tem muita hipocrisia por parte dos homossexuais. Há muito preconceito por parte dos homossexuais com as bichas afeminadas e as travestis (...) Eles não revelam isso, não assumem isso”*; *“A gente vive uma condição de opressão muito grande sobre as mulheres (...) As mulheres têm uma porção de idéias que são sufocadas, porque não são chamadas a dizer o que poderia ser diferente”.*

O “inimigo diluído” que a militância de hoje enfrenta é, ao nosso ver, o maior desafio que a militância encontra. A modernidade líquida (BAUMAN, 2001) tornou as fronteiras e as posições mais difusas, tornando o “inimigo” também escamoteado. Em outros tempos, era possível identificar os movimentos de esquerda e as forças de direita, reacionárias. Tudo parecia mais claro e delimitado. Atualmente, vemos estratégias de direita em grupos ditos de esquerda e vice-versa. Isso causa certa angústia nos militantes, que ainda não descobriram como atacar esse inimigo difuso, diluído. Cada época tem seu rei clandestino, ou seja, figuras emblemáticas, totens, reprodutoras de valores. Assim, a chamada pós-modernidade tem na heterogeneidade seu rei clandestino (MAFESOLLI, 2005). Vivemos sob a égide do plural, múltiplo, do nomadismo, da errância e da constante metamorfose. Nossas fronteiras se tornam difusas e os limites

entre certo e errado, direita e esquerda, avanço e retrocesso, se tornam escamoteados. A militância, dessa forma, se vê obrigada a repensar suas armas, pois os alvos estão em constante movimento.

É muito mais difícil, assim, identificar o inimigo no nível molecular, pois não se trata, como no nível molar, de um inimigo de classe que vai se encarnar num ou noutro líder (GUATTARI & ROLNIK, 1986). Nesse caso, o inimigo se encarna nos amigos, em nós mesmos: o que deve ser combatido também está dentro de nós! É evidente que essa incerteza traz angústias para o cotidiano da luta, pois quando pensam que estão escapando das garras do capital, percebem-se completamente refêns do mesmo: *“Pra cada espaço alternativo que você encontrava, em pouco tempo, ele se mostrava como uma vertente do mesmo problema que você tava tentando escapar”*; *“A tendência é diminuir, simplificar e massificar. Simplifica, põe num pacotinho que pode ser vendido de qualquer maneira e vende ‘as ganha’”*; *“Hoje tá muito complicado, porque a esquerda também é perversa (...) às vezes pior que a direita, porque a esquerda ela te mata, mas te mata dizendo que tá te dando um suquinho, mas ela tá te matando. E a direita não, a gente já sabe qual é a posição ideológica. Ela chega e te guilhotina e pronto”*.

O barco à deriva...

“Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir” (GRAMSCI, 2006)

Militar, hoje, é agir, é lutar, é estar imbuído do espírito coletivo, é criticar, contestar, não conformar-se com um mundo onde valores individuais, competitivos, narcísicos e de consumo comandam as subjetividades e as ações políticas. A militância de hoje ainda traz consigo muitos valores de outrora, mas procura organizar-se de

maneiras diferenciadas, lançando mão, por exemplo, do amparo de uma organização legalmente reconhecida que dê suporte à luta.

Apesar dos anseios de resistência, de luta contra qualquer tipo de opressão e omissão do Estado, cabe refletirmos sobre as limitações que a ação militante de hoje nos apresenta. Os principais entraves que os militantes apontam têm a ver com sua relação com órgãos do Estado e com a mídia. Entretanto, as contradições internas à mobilização assumem um papel importante na medida em que compõem um forte elemento da luta. A ação militante também está exposta a riscos de modelização, pois o que se apresenta como “alternativa” pode, embora assumindo outras formas, ser uma modelização igualmente opressora (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Hoje, não é mais possível viver da luta. É preciso pensar a militância no contexto do neoliberalismo, que captura os sujeitos a todos os instantes e toma conta de nossos corpos de forma que em muitos momentos percebemos que o inimigo está em nós. Agora, o militante precisa ganhar seu sustento financeiro. Não existe mais um aparato de apoio que sustente a possibilidade de viver para a luta. Militar, em muitos casos, é sobreviver economicamente. Assim, a militância do contemporâneo tem novos e grandes desafios no que tange à construção de seus objetivos e, mais, à construção de suas ferramentas e estratégias para alcançá-los, sempre tentando esquivar-se das seduções e ditames do capital.

Que espécie de revolução a militância de hoje pode propor? Com que ferramentas? Que planos astutos são possíveis? E mais, parafraseando Foucault (2004, p. 2): “Como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário?” Atualmente, os cidadãos que militam o fazem nas horas que sobram de seus expedientes de trabalho. Os apelos do consumo e da massificação são cada vez mais sutis e, ao mesmo tempo, agressivos. Em tempos

incertos, com a ruína das grandes instituições e com a crescente incerteza acerca das questões mais cotidianas da vida, é preciso abandonar antigos dogmas da militância, ressignificar as vivências de outrora e encarar de frente a fluidez e suas vicissitudes: *“Hoje a gente precisa de outra revolução. Hoje a gente precisa continuar falando a mesma coisa, porque a coisa não mudou, mas infelizmente tem que achar uma outra maneira de falar as mesmas coisas, porque senão a gente vai virar um monte de robô”*.

Talvez a militância precise utilizar-se da fluidez para romper novas barreiras - por exemplo, aquelas impostas pelo neoliberalismo, como o Estado mínimo, competitividade, livre comércio, privatizações, etc. Talvez seja necessário agir como os líquidos, à espreita, de forma lenta e encharcada. Os bandos nômades ou semi-nômades podem ser um caminho contra-hegemônico. Enquanto a família nuclear é baseada na escassez (resultando em avareza), geneticamente fechada e hierárquica, o bando é gerado pela abundância (produzindo prodigalidade), “é aberto – não para todos, é claro, mas para um grupo que divide afinidades, os iniciados que juram sobre um laço de amor. O bando não pertence a uma hierarquia maior, ele é parte de um padrão horizontalizado de costumes, parentescos, contratos e alianças, afinidades espirituais etc.” (BEY, 2004, p.13).

É preciso suportar o tempo híbrido e à deriva em que se encontra a militância de hoje, para que se possa, então, explorar novos territórios de experimentação e estar aberto ao porvir.

Às vezes, o barco fica à deriva. Às vezes a deriva é um momento de silenciosa escuta do movimento dos mares. Talvez ela não signifique “estar perdido, sem rumo”, mas nos aponte um novo caminho, um novo território a ser acabado, a ser produzido (BARROS & BRASIL, 1992, p. 229).

Ser militante hoje, não significa ser, necessariamente, triste, sisudo, pesado e sério acima de tudo. Os militantes descobrem que a ação política pode – e precisa – ser mesclada com poesia, com desejo, com arte. A militância não se pretende mais a grande

salvadora, messiânica, aquela que engendrará os encontros de forma que cheguemos ao grande dia da revolução, onde o final feliz salvará a todos exaustos pela luta. Não. Embora ainda estejamos explorando essas novas possibilidades de militância em meio à liquidez e incerteza que nos engolfa, sabemos, ao menos, que é preciso se deixar afetar, realizar manobras transbordantes e flexíveis para que sigamos colocando em xeque os ditames neoliberais que adestram os corpos e culpabilizam os sujeitos pelos males do mundo contemporâneo. Tempos de propagação e de gana. Tempos de encontros. Tempos de invenção.

Referências Bibliográficas

BALTAZAR, Bernardete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. In: Psicologia – Teoria e Pesquisa. V. 20, n. 2. Brasília, mai/ago 2004.

BARROS, Regina Benevides de; BRASIL, Vera Vital. Cartografia de um trabalho socioanalítico. In: RODRIGUES, Heliana Conde; LEITÃO, Maria Helena; BARROS, Regina Duarte. Grupos e Instituições em Análise. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. Pg.228-248.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEY, Hakim. Zona Autônoma Temporária – TAZ. 2004

COIMBRA, Cecília M.B. Estratégias de resistência e criação: ontem, hoje... In: GUARESCHI, Neuza M. (Org.). Estratégias de invenção do presente – a psicologia social no contemporâneo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CRUZ, Valéria de Almeida Flores. A construção do sujeito sindicalista: entre a resistência e a reprodução. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, 1998.

DELEUZE, Gilles. Kafka – Por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In: Anti-Édipo e esquizofrenia. 1977. Texto retirado do site www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/vienonfasc.html, em 14/10/04.

GRAMSCI, Antônio. Os indiferentes. Tradução de Pedro Celso Cavalcanti. Retirado do site www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/osindiferentes.htm, em 05 de janeiro de 2006.

GUARESCHI, Pedrinho; Biz, Osvaldo. Mídia & Democracia. Porto Alegre: P.G./O.B., 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia social crítica como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUATTARI, Félix. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 3ª edição.

GUATTARI, Félix; Rolnik, Suely. Micropolítica – Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986. 4ª edição.

JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002

KASTRUP, Virgínia. A face coletiva do agenciamento técnico. In: Kastrup, Virgínia. A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papirus, 1999, pp.186-188.

MAFESOLLI, Michel. O retorno das emoções sociais. Palestra proferida no evento “Metamorfoses da cultura contemporânea”, realizado nos dias 17 a 19 de outubro de 2005, no Salão de Atos da UFRGS, Porto Alegre/RS, promovido pela CopeSul.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. Revista Psicologia e Sociedade, v. 16, nº1, edição especial de 2004, p.98-107.

OLIVEIRA, Carmem S. de. Os devires da cidade-pandemônio. In: GUARESCHI, Neuza Maria (Org.) Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo. Porto Alegre: EDIPUCRS. Pg. 153-164.

SILVA, Rosane Neves da. A invenção da psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2005.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: STREY, Marlene Neves et al. Psicologia social contemporânea: Livro-texto. Petrópolis: Vozes, 1998. Pg. 181-198.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. 3ª edição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso encerrar. Embora saiba que esta dissertação seguirá reverberando em mim por muito tempo, faz-se necessário cumprir os prazos e encerrar um processo. Neste espaço de finalização, cabem muitas considerações. Penso que aqui deve ser feita uma auto-crítica, onde percebo – já no final do mestrado – o que deixei para trás ou, como diria o Pedrinho, o boi “que não agarrei pelo chifre”.

O formato de artigos surge como uma nova postura acadêmica, na suposição de que as produções circulem com mais agilidade e eficácia. Por um lado, durante minha caminhada, pensar que o que eu escrevia ia ser partilhado com outras pessoas e que eu poderia levar minhas reflexões a outros que se interessam e estudam o tema, foi bastante motivador e estimulante. Por outro lado, porém, foi custoso. Logo no início, dividir a dissertação entre teoria e pesquisa me incomodou bastante, pois me parecia que isso era, mais do que pouco adequado, impossível. E talvez seja mesmo. Até hoje, com a conclusão da dissertação, não sei se consegui fazer essa separação.

Chega-se a uma produção que é, em alguns momentos, um corpo único, conciso e contínuo e, em outros, partes que não se interligam. Além disso, o limite de espaço se mostrou mais complicado do que poderia parecer à primeira vista. Senti falta de ter um capítulo inteiro para discutir um determinado tema, tendo, às vezes, a impressão de que não era possível abordá-los em profundidade em tão pouco espaço. De qualquer forma, acredito que foi possível, apesar dessas dificuldades, trazer para o campo da psicologia uma questão que na maioria das vezes fica restrita ao campo da sociologia: a militância.

Quando iniciei o processo de pesquisa teórica para a construção da dissertação, tive muita dificuldade de encontrar referenciais da psicologia que tratassem do tema – o que já me serviu de dado de pesquisa. Ainda hoje, vemos, em diferentes instituições,

uma psicologia voltada para o indivíduo, que procura explicações nas atitudes, crenças e experiências do sujeito em si. Assim, cruzamo-nos a todo momento com pesquisas que tomam os objetos de estudo de forma essencialista, estimulando uma psicologia que naturaliza e mensura as experiências do sujeito. Dizendo-se neutra, esse tipo de ciência nega o caráter político das vivências humanas, sendo encarados como um desvio da psicologia como tal – a assim dita *verdadeira* psicologia.

Penso que somente ampliando a dimensão política do sujeito e contrariando a lógica individualizante – que tanto interessa a regimes desiguais, como o neoliberal – é que podemos pensar uma psicologia que trate das múltiplas possibilidades de existência dos sujeitos. Dessa forma, se estes artigos puderem, ao menos, instigar os psicólogos no sentido de perceberem que a militância, que a organização social, que as lutas dizem respeito, sim, a suas práticas cotidianas, meu objetivo estará cumprido. Se, além disso, estes artigos puderem ajudar a pensar e repensar o modo como fazemos ciência e criamos “verdades”, esses dois anos de trabalho terão valido a pena.

ANEXOS

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PESQUISA

Senhor(a) Pesquisador(a):

É dever do CEP acompanhar e zelar pela realização da pesquisa da forma como foi aprovada, solicitando relatórios aos pesquisadores. De acordo com o item VII.13.d., da Resolução CNS 196/96, tais relatórios deverão ser anuais (parciais ou finais, em função da duração da pesquisa). Nos trabalhos sobre "Fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos ou não registrados no país" (área temática especial número 03), os relatórios deverão ser semestrais (Resolução CNS 251/97, item V.1.c). Portanto, solicitamos a Vossa Senhoria encaminhar ao CEP, relatório de sua pesquisa conforme situação da pesquisa acima discriminada.

Título do Projeto: "Revoluções do cotidiano: um estudo sobre movimentos sociais"	
Pesquisador: Mest Thaianí Farias Vinade	
Aprovação CEP : 07/03/2005 Aprovação CONEP: data: x.x.x.x.x	
Relatórios Entregues: Relatório(s) do pesquisador responsável previsto(s) para: Data: 07/09/05 Relatório : data: Relatório 3: data: Relatório 2: data: Relatório 4: data:	
Tipo de Pesquisa: SIM NÃO Residente <input type="checkbox"/> Médico HSL <input type="checkbox"/> Projeto multicêntrico: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Fase: <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Doutorado: <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Nacional: <input type="checkbox"/> Mestrado: <input type="checkbox"/> Internacional: <input type="checkbox"/> Trabalho conclusão: <input type="checkbox"/>	
1. Situação atual do projeto Não iniciado <input type="checkbox"/> Retirado data: Em execução: <input type="checkbox"/> Data início: Data término: Interrompido temporariamente data: Encerrado data:	2. Nº de pessoas pesquisadas: Pessoas Previstas: Pessoas incluídas: Pessoas em outras Instituições: 3. Nº de participantes excluídos: 4. Eventos adversos graves: No centro: <input type="checkbox"/> em outros centros: <input type="checkbox"/>
5. Recursos financeiros necessários: Ainda não disponíveis <input type="checkbox"/> Já disponíveis <input type="checkbox"/> Insuficientes <input type="checkbox"/>	
6. Resultado total (local):	
7. Observações:	
8. Parecer CEP:	

Obs: Confira e atualize os dados acima, referentes ao seu Projeto de Pesquisa, e encaminhe nesta mesma folha para o CEP.

Ass. Pesquisador

Coordenador do CEP



Ofício nº 189/05-CEP

Porto Alegre, 07 de março de 2005.

Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa intitulado: "Revoluções do cotidiano: um estudo sobre movimentos sociais".

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Délio José Kipper
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Mest Thaiani Farias Vinade
N/Universidade

ANEXO 2 - NORMAS DA REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA

NORMAS PARA ENVIO DE MANUSCRITOS

E PROCESSO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DAS COLABORAÇÕES RECEBIDAS

1. SUBMISSÃO DE UM MANUSCRITO

Antes de enviar seu manuscrito para a Revista Psicologia Política siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço www.fafich.ufmg.br/~psicopol, no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, abstract e key-words não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduação em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP Rua Monte Alegre, 984 Perdizes CEP 05439-080 - São Paulo - São Paulo - Brasil. O destinatário é REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para revistapsipol@uol.com.br.

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a Psicologia Política, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A Revista Psicologia Política publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.

1.A. Submissão de um manuscrito via correio:

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela Psicologia Política. Não envie disquetes neste momento. Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês),

identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e abstract com 5 key-words;

b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e abstract com 5 key-words;

c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/ espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;

d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas; Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração seqüencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.

1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da Revista (revistapsipol@uol.com.br). A mensagem eletrônica deve ter como título “Submissão de Manuscrito”. No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso “attachment”).

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somente a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições e avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

2. REFERÊNCIAS NO CORPO DO TRABALHO

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.

Exemplo: (Cantril, 1947)

- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e com itálico.

Ao final das citações devem constar entre parênteses o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página sem itálico.

Exemplo: (Prado, 2001:175)

- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.

Exemplo: (Bobbio et al., 1992)

- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.

Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)

- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.

- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.

Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)

- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- Livro

JACKSON, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation*. London: LEA.

- Tradução

STOMPKA, P. (1998). *A Sociologia da Mudança Social* (Pedro Jorgensen Jr., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho Originalmente publicado em 1993.)

- Capítulo de Livro

HONNETH, A. (2001). *Democracia como Cooperação Reflexiva*. John Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Artigo de Revista Científica

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização. *Revista Psicologia Política*, 1 (2), 11-28.

• Trabalho de evento publicado em resumos ou anais

MERCADO, M. (2000). A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

• Tese ou Dissertação

ANSARA, S. (2000). Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• Artigo em Revista Científica virtual (Internet).

LÖWY, M. (2003). Las formas modernas de la barbarie. *Metapolitica*, 28, artigo 1. Acessado em 6 de abril de 2003, de <http://www.cepcom.com.mx/meta/28/vimpresa/dossier/1doss.htm>

• Artigo em Jornal

FRANCO, C. (2003, 6 de Abril de). Os Bórgia e as orgias do desejo profano. *O Estado de S. Paulo*, [São Paulo], p. D5.

• Artigo em Revista não científica

OYAMA, T. (2001, 27 de junho de). Dias Alegres: Parque de Diversões Promove Dia Gay e ensina funcionários a tratar visitante homossexual. *Veja*, 34(25), 71. NORMAS

• Artigo em Jornal ou Revista não científico (Internet)

Sem autor

EUA isolam Bagdá, invadem palácios de Saddam e matam civis em bombardeio (2003, 7 de abril de), *O Estado de S. Paulo.*, Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54748.shtml>

Com autor

WESTPHAL, W. (2003, 7 de abril de). Rubinho promete ganhar um GP do Brasil *Folha On-line*, Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www.estadao.com.br/esportes/noticias/2003/abr/07/218.htm>

4. PROCESSO EDITORIAL

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A *Revista Psicologia Política* encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são

comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. A decisão de publicação ou não é sempre dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a Revista. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a Revista Psicologia Política.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da Revista Psicologia Política gratuitamente pelo correio. Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e re-enviá-los sempre que considerarem relevante. A Revista Psicologia Política incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A Revista Psicologia Política adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito.

Fonte: www.fafich.ufmg.br/~psicopol/sbpp.htm

ANEXO 3 - NORMAS DA REVISTA PSICOLOGIA E SOCIEDADE

A revista Psicologia e Sociedade propõe-se a publicar artigos originais sobre temáticas que privilegiem pesquisas e discussões na interface entre a psicologia e a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa postura crítica, transformadora e interdisciplinar. A revista publica ensaios teóricos, relatos de pesquisa, comunicações, resenhas, entrevistas, resumos de teses e dissertações.

Os textos recebidos são encaminhados para consultores ad-hoc, escolhidos pelo Editor entre pesquisadores de reconhecida competência na área. Os pareceres contém as justificativas para a inclusão do texto numa das seguintes categorias: aprovado para publicação sem alterações, aprovado para publicação com sugestão de alterações, não aprovado para publicação. O texto encaminhado aos pareceristas não terá identificação da autoria.

A decisão final sobre a publicação de um artigo cabe ao Conselho editorial que apreciará a versão reformulada, se for o caso, podendo solicitar outras mudanças para a aceitação final do texto. Os autores serão sempre informados de todas as etapas do processo.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores para agilizar seu processo de submissão ou publicação. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos. No último número de cada ano da revista serão publicados os nomes dos pareceristas que realizaram a seleção dos artigos daquele ano, sem especificar quais textos foram analisados individualmente. Casos específicos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

Psicologia & Sociedade adota as normas da ABNT. Os textos deverão ser inéditos no Brasil e poderão ser escritos em português, espanhol, francês ou inglês. Os textos originais deverão ser encaminhados em disquete acompanhado de duas cópias em papel, digitados em espaço duplo, em fonte tipo Times New Roman, tamanho 12, não excedendo 80 caracteres por linha e o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, paginado desde a folha de rosto personalizada, a qual receberá número de página 1. A página deverá ser tamanho A4, com formatação de margens superior e inferior (no mínimo 2,5 cm), esquerda e direita (no mínimo 3 cm). Caso haja subdivisões no texto, recomenda-se no máximo três níveis de intertítulos.

A versão reformulada deverá ser encaminhada em duas vias no formato de exemplar em papel e uma via no formato de disquete. A formatação de texto e de página deve obedecer às mesmas características indicadas para a primeira versão.

Todo e qualquer encaminhamento à revista deve ser acompanhado de carta assinada pelo autor principal, onde esteja explicitada a intenção de submissão ou re-submissão do trabalho a publicação.

A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:

1. Folha de rosto com identificação de autoria contendo:

Título em português.

Título em inglês.

Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional por ocasião da submissão do trabalho.

Indicação do autor a quem o leitor do artigo deve enviar correspondência, seguido endereço eletrônico.

Indicação de endereço para correspondência com o editor sobre a tramitação do manuscrito, incluindo fax, telefone e endereço eletrônico.

Se apropriado, parágrafo com informações complementares (apoios, apresentação em eventos, derivação de teses)

2. Folha de rosto sem identificação de autoria contendo:
 - Título em português, não devendo exceder 10 palavras.
 - Título em inglês, compatível com o título em português.
 - Resumo, em português. O resumo deve ter o máximo de 150 palavras. Ao resumo devem-se seguir 3 a 5 palavras-chave para fins de indexação do trabalho.
 - Abstract, em inglês, compatível com o texto do resumo. O Abstract deve obedecer às mesmas especificações para a versão em português, seguido de key words, compatíveis com as palavras-chave.
3. Texto
 - Os ensaios teóricos devem propor a análise de conceitos, levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para futuras pesquisas. Limitados a 20000 caracteres (não contando espaços, textos de notas e referências).
 - Os relatórios de pesquisa devem apresentar a seguinte ordem: introdução, método (sujeitos, material, procedimentos), resultados e discussão. Não devem ultrapassar 30000 caracteres.
 - As resenhas poderão versar sobre publicações nacionais ou estrangeiras, deverão conter, no máximo, 10000 caracteres e incluir: nome do livro, cidade, editora, número de páginas, nome do autor e do tradutor.
 - Poderão ser enviados também resumos de teses e dissertações de psicologia social e áreas afins, contendo no máximo 1000 caracteres.
4. Referências, organizada conforme normatização da ABNT. Devem ser apresentadas ao final do documento.
5. Anexos poderão ser incluídos, apenas quando contiverem informação original importante considerada indispensável para a compreensão de alguma seção do trabalho. Recomenda-se evitar anexos.
6. Folha contendo títulos de todas as figuras, numeradas conforme indicado no texto.
7. Figuras, incluindo legenda, uma por página em papel e por arquivo de computador, quando preparadas eletronicamente.
8. Tabelas, incluindo título e notas, uma por página em papel e por arquivo de computador.

ANEXO 4 – LETRA DA MÚSICA “PRIMAVERA NOS DENTES”

Primavera Nos Dentes (Secos e Molhados)

Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera